

# Sinopse internacional n. 04, nov. 2005

<http://www.bndes.gov.br/bibliotecadigital>



[www.bndes.gov.br/conhecimento/destaques.asp](http://www.bndes.gov.br/conhecimento/destaques.asp) • [sinopseinternacional@bndes.gov.br](mailto:sinopseinternacional@bndes.gov.br)

Ana Claudia Alem  
Fabrício Catermol  
Patrícia Zendron  
Thais Krutman

**BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL Nº 04 – NOVEMBRO 05**

## 1) PANORAMA MUNDIAL

### 1.1) O desempenho da economia mundial

A conjuntura internacional tem sido marcada no período recente por alguns fatores negativos como: i) os efeitos dos furacões, com destaque para o Katrina e o Rita; ii) a alta volatilidade dos preços do petróleo; iii) a ameaça permanente de novos ataques terroristas; e iv) o perigo de disseminação mundial da gripe aviária asiática. Apesar disto, prossegue o otimismo quanto às perspectivas de continuidade do crescimento da economia mundial neste e nos próximos anos. Entre os pontos positivos, está a manutenção do controle da inflação média mundial apesar do expressivo aumento das cotações do petróleo e os primeiros sinais de acomodação do preço da *commodity* em torno de US\$ 50 por barril – média da cesta de 11 tipos de petróleo da OPEP.

Os EUA e a China deverão continuar liderando o crescimento mundial. Os últimos dados disponíveis mostram taxas de inflação sob controle nos EUA, o que aponta para a manutenção da política de aumentos graduais das taxas de juros pelo FED, que se encontram em 4,0% ao ano após o último aumento de 0,25 ponto percentual no início de novembro.

O FMI projeta um crescimento médio mundial da ordem de 4,3% em 2005 e 2006 - ver outras projeções na Tabela 1 da seção "Projeções e Indicadores Econômicos". Quanto à expansão do comércio mundial, a projeção é de uma expan-

## SUMÁRIO

Panorama mundial .....	1
Desempenho .....	1
Negociações comerciais .....	3
Box: Serviços no comércio internacional .....	4
A economia latino-americana .....	5
Box: Demanda interna e exportações .....	5
México .....	6
Argentina .....	7
Venezuela .....	8
Chile .....	10
Uruguai .....	11
Colômbia .....	11
Paraguai .....	12
Investimento externo direto .....	13
Evolução em 2004 .....	13
Distribuição regional .....	14
Box: América Latina – três dinâmicas do IED .....	15
Internacionalização de pesquisa e desenvolvimento .....	16
Investimento no Brasil em 2005 ...	17
Box: Investimento brasileiro direto no exterior .....	17
O setor externo brasileiro .....	13
Evolução do comércio exterior .....	18
Box: Exportações de automóveis .....	20
Matéria especial: Desempenho das economias asiáticas e as exportações brasileiras .....	24
Projeções e indicadores econômicos .....	32

A Sinopse Internacional é uma publicação trimestral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Este trabalho é de inteira responsabilidade de seus autores, não refletindo, necessariamente, o ponto de vista do BNDES.  
Fechamento da edição: 21/11/2005  
Tel: 55 - 21 - 2172-7369

Para receber a Sinopse Internacional diretamente em seu e-mail, entre em contato conosco.

são de cerca de 7,0% em 2005, ante a taxa de aumento de 10,3% em 2004. Para 2006, as projeções são de um aumento da ordem de 7,4% do comércio internacional. Em linhas gerais, as projeções para 2005 e 2006 apontam para a manutenção das taxas de crescimento dos Estados Unidos da América (EUA) e da China – ainda que um pouco mais baixas do que as registradas em 2004 -, acompanhadas de um crescimento ainda tímido dos países da Europa e da consolidação da retomada econômica do Japão, em um contexto de inflação sob controle e gradual redução do desemprego – ver Tabelas 1 e 2 da seção “Projeções e Indicadores Econômicos”.

Segundo a primeira estimativa do Bureau of Economic Analysis (BEA) dos EUA – o resultado definitivo será divulgada no dia 30 de novembro -, o PIB daquele país cresceu em termos reais 3,8% - taxa anualizada - no terceiro trimestre de 2005, ante uma expansão de 3,3% no segundo trimestre. O crescimento foi liderado pela expansão da demanda interna. Os gastos com consumo cresceram 3,9%, com destaque para o consumo de bens de duráveis que aumentou 10,8% no período. Os investimentos privados em máquinas e equipamentos e software apresentaram uma expansão de 8,9%, e os gastos do governo federal registraram um aumento de 7,7%. A inflação acumulada em 12 meses até outubro foi de 2,1% - variação dos índices de preço ao consumidor excluindo-se as variações dos preços de alimentos e energia. Para 2005 e 2006, as projeções apontam para uma continuidade da trajetória de crescimento, com o PIB dos EUA apresentando uma expansão da ordem de 3,5% e 3,0%, respectivamente - ver as projeções nas Tabelas 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 8 da seção “Projeções e Indicadores Econômicos”. Espera-se que o núcleo da inflação fique em torno de 2% em 2005 e 2006.

No continente asiático, a China prosseguiu no terceiro trimestre de 2005 sendo o principal destaque de crescimento - ver “Matéria Especial: Desempenho das economias asiáticas e as exportações brasileiras”. Houve uma expansão real do PIB de 9,4% nos primeiros nove meses do ano, em relação a igual período de 2004 – dados do National Bureau of Statistics of China. O destaque foi o PIB industrial que apresentou um crescimento de 11% no período. Em outubro, a produção física industrial apresentou um crescimento de 16,1% ante igual período de 2004. Os investimentos em capital fixo registraram um crescimento acumulado de 27,6% no ano até outubro, ante o mesmo período de 2005. Para 2005 as projeções apontam para uma taxa de crescimento real do PIB da ordem de 9%. Em 2006, a maioria das estimativas aponta para uma taxa um pouco menor, entre 8,0% e 8,5% - ver outras projeções nas Tabelas 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 8 da seção “Projeções e Indicadores Econômicos”.

No Japão, após uma década de estagnação, o país parece ter finalmente ingressado em uma fase de crescimento sustentado. Após ter crescido cerca de 2,00% em 2003 e 2004, a maioria das projeções aponta para uma taxa de crescimento da mesma ordem em 2005 e 2006 - ver as Tabelas 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 8 da seção “Projeções e Indicadores Econômicos”. Os sinais são de que a política monetária expansionista será mantida até serem “enterrados” os riscos de um novo período de deflação. Apesar de o início da recuperação japonesa ter sido liderado principalmente pelas exportações, atualmente a manutenção do crescimento têm sido sustentada pela expansão dos investimentos e pelo crescimento, ainda tímido, do consumo privado. Com a confirmação da continuidade de uma trajetória de crescimento, as projeções são de que a taxa de desemprego japonesa continue se reduzindo, atingindo cerca de 4,0% em 2006. Em 2002, a taxa de desemprego atingiu 5,4%.

Na Índia, os indicadores de nível de atividade prosseguem em alta. Após um crescimento de real de 7,3% em 2004, o desempenho da economia ao longo de 2005 aponta para uma taxa de crescimento da mesma ordem do que no ano anterior. Para

2006, a maioria das projeções aponta para um crescimento real do PIB um pouco menor, de cerca de 6,0%. A inflação continua sob controle e projeta-se uma taxa acumulada da ordem de 4,5% em 2005. As taxas de juros básicas da economia vêm sendo gradualmente reduzidas nos últimos anos e encontram-se atualmente em torno de 6,00% ao ano, o que tem contribuído para o aumento da demanda agregada da economia.

Em relação à União Européia, na zona do Euro, as perspectivas de crescimento continuam contidas: após ter crescido 2,0% em 2004, as projeções apontam para um crescimento menor, da ordem de 1,3% em 2005 – ver seção “Projeções e Indicadores Econômicos”. Para 2006, espera-se um crescimento real mais expressivo, da ordem de 2,0%. Alemanha e França deverão apresentar uma expansão real do PIB de 1,0% e 1,5%, respectivamente, em 2005. Para 2006, as perspectivas são de um crescimento maior, de 1,2% para a Alemanha e de cerca de 2,0% para a França.

Na Alemanha, os líderes dos partidos Democrata Cristão e Social Democrata chegaram a um acordo em relação a um programa comum de governo depois de quase 2 meses das eleições gerais. Angela Merkel será a chanceler do governo de coalizão. O ajuste fiscal ficou adiado até 2007. As principais medidas anunciadas a serem adotadas naquele ano incluem: i) um aumento de 3 pontos percentuais no imposto sobre valor agregado (VAT); ii) um aumento das contribuições dos trabalhadores para a previdência social; iii) a redução de uma série de deduções tributárias; e iv) o aumento de 3 pontos percentuais – para 45% - da alíquota marginal do imposto de renda para as faixas de maior rendimento. O objetivo é reduzir o déficit público para 3,0% do PIB em 2007. Em 2004, o déficit foi de 3,7% do PIB, cifra que deverá se manter no fechamento de 2005. Para 2006, já se espera um número melhor, da ordem de 3,5% do PIB – ver Tabela 10 da seção “Projeções e Indicadores Econômicos”. Fora da zona do Euro, o Reino Unido deverá apresentar um crescimento real do PIB de 1,3% em 2005 e 1,8% em 2006.

Em relação à América Latina, ao longo de 2005, as economias têm apresentado bom desempenho, dando continuidade ao crescimento iniciado em 2003 e intensificado em 2004. No primeiro semestre de 2005, os países que mais se destacaram foram Venezuela e Argentina, com taxas de expansão que superaram 9% em relação ao mesmo período de 2004. O México foi o país com menor taxa de crescimento entre os países analisados – para uma análise detalhada da região, veja a seção “A economia latino-americana”. Para 2005, projeta-se uma taxa de crescimento média da ordem de 4,3% para a região – ver Tabelas 1 e 8 da seção “Projeções e Indicadores Econômicos”. Em 2006, é prevista uma expansão um pouco menor, de cerca de 4,0%.

## 1.2) Negociações comerciais – Destaques

Em relação às negociações comerciais em curso, pouco se avançou desde o último relato feito pela Sinopse Internacional 3:

- No que diz respeito aos acordos multilaterais, o destaque do momento são as expectativas quanto aos resultados da reunião ministerial de Hong Kong, no âmbito da rodada de Doha. Já há um consenso de que os resultados a serem atingidos ficarão muito aquém do inicialmente esperado. O impasse em relação às negociações na área agrícola permanece. Os países em desenvolvimento não deverão se comprometer com uma abertura para produtos industriais e serviços, como desejam americanos e europeus, sem a contrapartida na agricultura;

- Quanto ao Mercosul, na reunião de cúpula a ser realizada no início de dezembro, a Venezuela se tornará país membro pleno do bloco;
- Após 5 meses de negociação China e EUA fecharam, em novembro, um acordo para restringir, mediante quotas, as exportações de produtos têxteis chineses para o mercado norte-americano até 2008. A União Europeia já havia negociado um acordo similar em junho de 2005;
- O Chile, membro associado do Mercosul, aproxima-se da Ásia. Após o fechamento de um acordo comercial com a China, o país anunciou o início de negociações com o Japão.

**Box Especial:**  
**Os fluxos de serviços no comércio internacional**

O cenário internacional aponta para uma crescente participação dos fluxos de serviços no comércio mundial. Por isso, além da promoção do comércio de mercadorias, é importante a discussão de políticas de apoio às exportações de serviços, como forma de ampliar a participação do Brasil no comércio internacional. O Brasil possui vantagens comparativas em alguns setores de serviços, com destaque para os serviços de construção. Há um grande potencial a ser explorado nos setores de software e turismo.

O apoio às exportações de serviços é fundamental, não apenas para contribuir para um aumento da agregação de valor nas transações comerciais brasileiras, mas também por questões de balanço de pagamentos, tendo em vista que o país tem sido tradicionalmente deficitário na rubrica de serviços.

O comércio de serviços cresceu 43,3% entre 2000 e 2004: expressivamente acima dos 25,6% registrados entre 1995 e 2000.

Os EUA continuam sendo o principal exportador de serviços, registrando um superávit de US\$ 58,3 bilhões em 2004. Na Europa, França e Espanha destacam-se como grandes exportadores de serviços (com forte participação do setor de turismo). De 1995 a 2004, destacaram-se Índia e China, com crescimento médio anual de 20,5% e 14,5%, respectivamente, das exportações de serviços – ver Tabela 1.1.

O Brasil apresentou uma taxa de crescimento média anual de 7,7% das suas exportações de serviços entre 1995 e 2004, acima dos 6,9% de crescimento médio mundial. Entretanto, observa-se uma expressiva desaceleração do crescimento do período 2000/2004, ante o período 1995/2000.

Tabela 1.1

	Exportações de Serviços					
	Participação no Total Mundial (%)			Crescimento(%)		
				Total	Total	Média Anual
	1995	2000	2004	1995/2000	2000/2004	1995/2004
Mundo	100,0	100,0	100,0	25,6	43,3	6,9
Argentina	0,3	0,3	0,2	26,8	4,4	3,1
<b>Brasil</b>	<b>0,5</b>	<b>0,6</b>	<b>0,5</b>	<b>49,2</b>	<b>28,0</b>	<b>7,7</b>
Chile	0,3	0,3	0,3	23,0	47,0	7,0
<b>China</b>	<b>1,6</b>	<b>2,0</b>	<b>2,9</b>	<b>63,6</b>	<b>105,9</b>	<b>16,9</b>
França	7,0	5,4	5,1	-3,3	36,3	3,3
Alemanha	6,2	5,4	6,3	8,3	68,0	7,6
<b>Índia</b>	<b>0,6</b>	<b>1,1</b>	<b>1,9</b>	<b>137,0</b>	<b>147,3</b>	<b>28,4</b>
Japão	5,8	4,9	4,5	6,6	29,4	3,6
Rep. Da Coréia	1,9	2,0	1,9	34,4	34,6	6,9
México	0,8	0,9	0,7	41,5	2,7	4,4
Cingapura	2,3	2,0	1,7	5,7	24,7	3,0
Espanha	3,4	3,6	4,0	33,8	58,8	9,3
Estados Unidos	16,8	18,8	15,0	40,3	14,3	5,5

Fonte: Organização Mundial do Comércio (OMC).

## 2) A ECONOMIA LATINO-AMERICANA

No primeiro semestre de 2005, as economias latino-americanas apresentaram bom desempenho, dando continuidade ao crescimento iniciado em 2003 e intensificado em 2004. Os países que mais se destacaram foram Venezuela e Argentina, com taxas de expansão que superaram 9% em relação ao mesmo período de 2004. O México foi o país com menor taxa de crescimento entre os países analisados.

O aspecto positivo é que este crescimento foi liderado pelo investimento, que mostrou aumento significativo nas diversas economias analisadas. As exportações também tiveram participação importante para o bom desempenho no primeiro semestre, se beneficiando das elevadas cotações das *commodities*. Por fim, o consumo privado ganhou impulso e cresceu acima de 5% em todos os países estudados, a exceção do México (+4,9%).

A expansão resultou em aumento das importações, com impactos reduzidos sobre o saldo comercial, mas também proporcionou a redução dos índices de desemprego em todos os países selecionados. A inflação foi mantida sob controle, embora a aceleração recente na Argentina e no Chile indique cautela.

Para 2005 como um todo, as instituições consultadas prevêm um crescimento da América Latina entre 3,9% e 4,4%, com destaque para as economias argentina e venezuelana. A inflação acumulada em 2005 na região deve ficar entre 5,8% e 6,5%.

### Box Especial: Demanda interna e exportações na América Latina

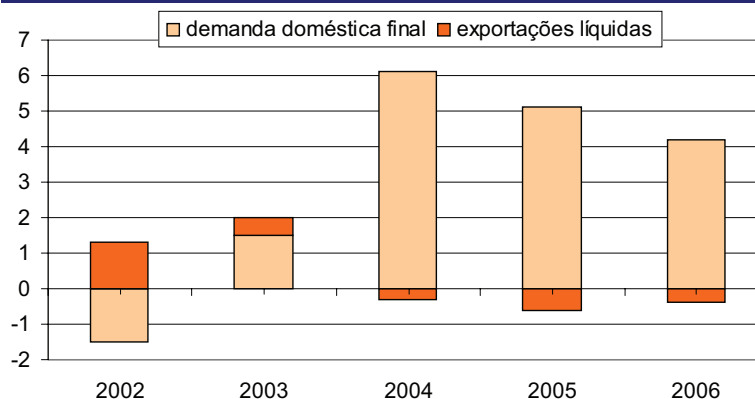
Nos últimos anos, parcela significativa do crescimento econômico nos países da América Latina foi derivada do aumento das exportações. A

melhoria dos termos de troca proporcionada pela expansão dos mercados mundiais de *commodities* e matérias-primas beneficiou particularmente o México e alguns países da América do Sul.

Mas a demanda interna vem mostrando forte crescimento mais recentemente, sendo a principal causa do crescimento dos países latino-americanos em 2004. Ademais, as taxas de investimento situam-se em médias historicamente elevadas – cerca de 20% –, e alguns países já mostram sinais de estarem próximos do limite da capacidade instalada, a exemplo de Argentina e Uruguai. Estima-se que nos próximos anos, a demanda interna seja determinante no crescimento dos países da América Latina.

Gráfico 2.1

**Taxa de crescimento na América Latina: 2002 a 2006**  
(em US\$ milhões)



Fonte: FMI, Global Context and Regional Outlook for Latin America and the Caribbean, 2005

## 2.1) México

No primeiro semestre de 2005, o produto interno bruto mexicano se expandiu em 2,8% frente o primeiro semestre do ano anterior. No segundo trimestre, o PIB aumentou 3,1% em relação ao mesmo período de 2004. Por sua vez, os dados dessazonalizados mostram que a taxa de crescimento do PIB trimestral frente ao trimestre imediatamente anterior vem caindo desde o quarto trimestre de 2004. No segundo trimestre de 2005, o PIB sofreu queda de 0,42% em relação ao primeiro trimestre. As previsões apontam para uma expansão entre 3,0% e 4,0% em 2005. Para 2006 é esperada um crescimento de cerca de 3,4%.

A expansão de 2,8% verificada no primeiro semestre de 2005 foi liderada pela formação bruta de capital fixo (+7,5%), seguida das exportações (+5,6%) e o consumo privado (+4,9%). Segundo o Instituto Nacional de Estadística Geografía e Informática (INEGI), o investimento bruto em capital fixo cresceu 6,8% nos sete primeiros meses de 2005 em relação ao mesmo período de 2004. Os gastos em máquinas e equipamentos aumentaram 10,3%, sendo 2,8% para nacionais e 14,4% para bens importados.

Na classificação setorial, o setor de serviços expandiu-se 4,1% no primeiro semestre, enquanto o PIB industrial cresceu apenas 1,4% e o agropecuário caiu 2,4% em consequência de condições climáticas adversas. O incremento do PIB industrial



atingiu todos os setores: construção (+3%), mineração (+0,8%), manufaturas (+1,2%) e geração de eletricidade, gás e água (+0,2%).

Como resultado do crescimento econômico, a taxa de desemprego nos nove primeiros meses de 2005 recuou em relação ao mesmo período de 2004: em 2005 a média foi de 3,7% frente 4,0% registrados no ano anterior. Embora a taxa de desemprego entre as mulheres seja maior, ela recuou na comparação interanual enquanto a taxa de desemprego entre os homens aumentou.

A inflação acumulada em 2005 até setembro foi de 1,72%, frente 3,37% no mesmo período de 2004. Contribuiu para queda a retração de 4,53% dos preços administrados e a tendência de apreciação cambial. A manutenção desta baixa taxa de inflação permitiu que o banco central começasse a reduzir as taxas de juros em agosto.

No setor externo, as exportações mexicanas acumuladas em 2005 até setembro foram de US\$ 154,9 bilhões, o que representou um crescimento de 11,9% em relação ao mesmo período de 2004. As exportações manufatureiras cresceram apenas 8,4% na mesma comparação, mas responderam por 82% das exportações mexicanas, das quais 55% foram de maquiladoras. As vendas do setor de petróleo atingiram 15% das exportações totais e aumentaram 35% em relação aos primeiros nove meses de 2004.

Já as importações somaram US\$ 159,0 bilhões e tiveram uma expansão de 12,0% frente a 2004. Destas, 75% foi em bens intermediários. As compras de bens de capital tiveram incremento de 16,6% de janeiro a setembro de 2005 em relação ao mesmo período de 2004 e as importações de bens de consumo cresceram 23,3%.

O saldo comercial nos primeiros nove meses de 2005 foi deficitário em US\$ 4,1 bilhões, frente o déficit de US\$ 3,6 bilhões no mesmo período de 2004.

## 2.2) Argentina

A economia argentina continua apresentando crescimento vigoroso em 2005, após dois anos de forte expansão: 8,8% em 2003 e 9,0% em 2004. No primeiro semestre de 2005, o PIB cresceu 9,1% frente ao mesmo período do ano passado. Pela primeira vez, o PIB semestral superou os valores atingidos antes da crise de 1999. A expansão do segundo trimestre na comparação interanual foi de 10,1%, o valor mais alto desde o primeiro trimestre de 2004. Com estes resultados, pode-se descartar a hipótese de desaceleração levantada no início do ano.

O contexto externo favorável, as elevadas cotações das *commodities* e a liquidez abundante no mercado financeiro internacional foram fatores que contribuíram para a expansão da Argentina.

O investimento foi o componente mais dinâmico da demanda agregada, com crescimento de 19,3% no semestre em relação ao mesmo semestre de 2004. Este crescimento, porém, é liderado pela aquisição de máquinas e equipamentos importados, cuja expansão foi de 42,8% na mesma comparação. As exportações também mostraram grande dinamismo no primeiro semestre e cresceram 17,3% frente o mesmo período de 2004. O consumo privado aumentou 9,4%, o consumo público 5,5% e as importações expandiram 22,8%.



O crescimento da demanda doméstica se fez sentir no setor manufatureiro. A atividade industrial medida pelo Estimador Mensual Industrial (EMI) expandiu-se em 7,4% no acumulado do ano até setembro frente o mesmo período do ano passado. Embora a taxa seja significativa, em setembro de 2004 o mesmo indicador registrava crescimento de 11,5% frente 2003. Já a utilização da capacidade instalada atingiu 73,1% em agosto de 2005, frente uma média de 69,7% em 2004. Em setores como refino de petróleo, papel e celulose, alumínio e aço, dentre outros, a utilização da capacidade está em nível máximo.

A inflação acumula alta de 8,9% em 2005 até setembro, frente a uma taxa de 4,8% acumulada no mesmo período do ano passado. Em consequência, o banco central já abandonou a meta de inflação entre 5% e 8% divulgada no início do ano. Muitos atribuem a aceleração dos preços à manutenção de uma taxa de câmbio depreciada e de taxas de juros baixas. Por outro lado, o desemprego caiu 0,9 ponto percentual no segundo trimestre em comparação com o primeiro trimestre. A taxa de desemprego de 12,1% é igual à média registrada em 2004.

As exportações argentinas somaram US\$ 29,9 bilhões nos primeiros nove meses de 2005, o que significou uma taxa de crescimento de 16% em relação ao acumulado no mesmo período de 2004. As exportações de manufaturas industriais se destacaram com uma taxa de crescimento de 31%, decorrente de aumento de preços e quantidades. Este grupo de produtos respondeu por 29% da pauta em 2005 até setembro. Material de transporte foi o item mais dinâmico, com destaque para as vendas para o Brasil, Venezuela, Chile e México.

As importações por sua vez, totalizaram US\$ 21,0 bilhões, com expansão de 30% em relação ao ano passado. Combustíveis e bens de capital e seus componentes foram os bens com maior taxa de expansão. O saldo comercial em 2005 até setembro ficou positivo em US\$ 8,9 bilhões, frente US\$ 9,5 bilhões em 2004 até setembro. A Argentina registra superávit com todas as regiões, exceto com o Mercosul.

Ao saldo comercial favorável, soma-se a recuperação dos investimentos externos diretos e a melhora dos indicadores de risco país, que se situam em níveis inferiores ao rompimento da conversibilidade em janeiro de 2002. Com o acúmulo de reservas e as linhas de crédito atualmente disponíveis, a Argentina desfruta de uma situação financeira confortável para os próximos meses: já há recursos suficientes para fazer frente a cerca de 75% dos compromissos de 2006.

### 2.3) Venezuela

A economia venezuelana vem apresentando forte crescimento econômico, tendo seu PIB crescido 9,3% no primeiro semestre de 2005 em relação ao mesmo período do ano anterior. A expansão da indústria manufatureira (9,5% no semestre) é um dos principais motivos do crescimento venezuelano. As atividades associadas à extração de petróleo cresceram 1,5% em relação ao primeiro semestre de 2004.

Outros setores possuem no período crescimento relativo expressivo, apesar de um menor peso absoluto na composição do PIB. É este o caso dos segmentos de instituições financeiras (crescimento 24,2% em relação ao primeiro semestre de 2004), comércio e serviços de reparação (20,1%), construção (17,9%), transportes (16,8%) e comunicações (16,6%).

O crescimento da economia venezuelana é ainda mais significativo quando se considera que no ano passado seu PIB cresceu 17,7%. No primeiro semestre de 2004,

o PIB venezuelano crescera 23,5% em relação a 2003. Entretanto, não se pode esquecer também de que o ciclo de crescimento venezuelano iniciou-se a partir de bases muito depreciadas. O PIB venezuelano declinou 7,7% em 2003 e 8,9% em 2002.

O desemprego continua em queda, representando 11,5% da população economicamente ativa em setembro de 2005. Este número significa uma redução em 3 p.p. em relação ao mesmo mês do ano anterior<sup>2</sup>. A taxa de pessoas desocupadas é maior entre as mulheres (13,3%).

A retomada do crescimento não está gerando pressões inflacionárias na Venezuela. De fato, a inflação vem declinando nos últimos anos. As maiores taxas de crescimento estão associadas a menores taxas de inflação. Em 2003, ano em que houve forte queda no PIB, a inflação foi de 31,1%. A inflação ao consumidor acumulada até agosto de 2005 foi de 9,9%. A inflação anualizada é de cerca de 16%, o que representa significativa queda em relação a 2004, ano no qual fora registrado 21,7%. As maiores altas no acumulado do ano ocorreram nas categorias referentes a restaurantes e hotéis (16,5%), transportes (15,2%), alimentos e bebidas não alcoólicas (11,1%) e saúde (11,0%). Os controles de preços são uma das principais causas do declínio da inflação: 44% dos itens que o Banco Central venezuelano utiliza para composição do índice de inflação são bens e serviços com preços regulados. O governo venezuelano estuda o aumento da lista de preços regulados, o que leva a previsões de reduções ainda maiores nos índices de inflação. A Comissão de Administração de Divisas (CADIVI) está analisando a expansão da lista de produtos que podem ser importados à taxa de câmbio oficial, fato que pode reduzir ainda mais a inflação, pois mais produtos poderão ser comprados do exterior a um câmbio mais favorável.

As importações têm sido uma importante saída para a contenção de preços dada a demanda interna crescente. O uso da capacidade instalada encontra-se elevado devido ao rápido crescimento econômico e as tradicionais baixas taxas de investimento. O investimento responde por cerca de 15% da formação do PIB venezuelano. As importações são próximas de 30% do PIB em 2005, o maior número já verificado desde que existe a série trimestral de PIB na Venezuela.

A alta do preço do petróleo permitiu um aumento da renda obtida pelo governo venezuelano – tanto diretamente via Petróleos de Venezuela S/A (PDVSA) quanto pelos impostos provenientes do setor – gerando folga na disponibilidade de divisas. A boa oferta de divisas pela CADIVI às empresas privadas vem causando estabilidade do câmbio no mercado paralelo e a redução de sua distância em relação à cotação oficial. As reservas venezuelanas estavam em US\$ 32 bilhões em agosto de 2005 e vêm crescendo nos últimos anos; eram menos de US\$ 15 bilhões em 2002.

Estima-se que o saldo venezuelano em conta corrente deva fechar o ano em torno de 15% do PIB. Recentemente, há crescimento das exportações tanto do setor de petróleo quanto dos demais. As vendas de petróleo representam 82% da pauta total do país, sendo beneficiadas pela alta internacional de preço do produto. As exportações venezuelanas devem chegar a US\$ 54 bilhões em 2005 – ver seção “Projeções e Indicadores Econômicos”.

<sup>2</sup> Vale observar que muito da queda da taxa de desemprego este ano na Venezuela se deve à redução da população que esteja procurando emprego. O conceito de desemprego diz respeito a pessoas com mais de quinze anos que se declararam não estarem trabalhando mas buscando trabalho com remuneração. Algumas explicações para esse fato podem estar na ampliação do sistema de ajuda governamental às populações mais pobres, que pode reduzir a necessidade de procura por emprego.

As importações também apresentam crescimento nos últimos anos, mas este não deve prejudicar o resultado em conta corrente do país. Em 2004, as importações cresceram 60% em relação ao ano anterior. Estima-se que as compras externas atinjam US\$ 24 bilhões em 2005. O saldo comercial foi de US\$ 21,4 bilhões em 2004 e deve chegar a próximo de US\$ 30 bilhões em 2005.

#### 2.4) Chile

O Chile continua a apresentar boa expansão da atividade econômica, tendo seu PIB crescido 6,5% no segundo trimestre de 2005 em relação ao mesmo período do ano anterior. Apesar disso, há uma pequena queda no ritmo da expansão: o PIB chileno cresceu apenas 1,1% contra o trimestre imediatamente anterior. A desaceleração é percebida também pelo indicador mensal de atividade econômica (IMANEC) calculado pelo Banco Central do Chile, que foi de 4,4% em julho no acumulado de 12 meses, contra 5,2% no mesmo período do ano anterior.

Após um ano de forte crescimento, uma redução no ritmo era esperada dada a estrutura produtiva do país. Um dos principais componentes da economia chilena é a exportação de *commodities*. O cobre representa 45% da pauta de exportações totais. Além disso, é significativa a presença de produtos como frutas, vinhos, peixes e celulose. Apesar de os preços internacionais continuarem elevados, não é possível uma resposta rápida aos crescentes aumentos de demanda na maioria dos setores de *commodities*. Espera-se uma redução no ritmo de crescimento das exportações chilenas, devido à limitação de capacidade para o atendimento da demanda externa.

No primeiro semestre de 2005, as exportações cresceram 23,7% e as importações, 36,7%. Em 2004, as exportações cresceram 48% em relação ao ano anterior, alcançando US\$ 32 bilhões. Estima-se que as exportações chilenas cheguem a US\$ 35 bilhões em 2005, o que representaria um crescimento de menos de 10% – ver seção “Projeções e Indicadores Macroeconômicos”.

A demanda interna deve ser o principal componente do crescimento chileno em 2005, após um ano de grande contribuição das exportações. Tanto o consumo quanto o investimento crescem significativamente neste ano no Chile. O consumo privado deve crescer 7% em termos reais, valor acima do esperado para o PIB total. A formação de capital deve crescer 20% em relação ao ano anterior, o que levaria o investimento a próximo de 28% do PIB, número similar ao verificado durante a década de 1990, quando a economia chilena crescia a 7% ao ano.

Até setembro de 2005, a inflação ao consumidor foi de 3,8% e no acumulado de 12 meses, 3,9%. No mesmo período de 2004, o índice foi de apenas 1,5%. Em setembro de 2005, a inflação foi de 1%, o maior valor já verificado para iguais meses em dez anos. Os principais aumentos de preços foram registrados nos grupos de transportes (1,7%), alimentação (1,6%), moradia (1,1%) e vestuário (1,0%). As pressões inflacionárias são provenientes de diferentes origens, tal como a elevação do preço do petróleo, o mercado de trabalho e os reajustes de serviços regulados.

Seguindo o crescimento do nível de atividade, a criação de postos de trabalho está em expansão. A taxa de desemprego foi de 8,6% em julho de 2005, reduzindo-se em quase 1 p.p. em relação ao mesmo mês de 2004. Em 2005, a expansão do emprego é maior nos setores ligados à demanda interna: construção e comércio. Entretanto, os níveis de desemprego estão acima dos verificados antes da recessão de 1999, muito devido ao crescimento da força de trabalho, principalmente pelo aumento da participação feminina na população em busca por emprego.

## 2.5) Uruguai

O PIB do Uruguai cresceu 6,9% no primeiro semestre de 2005 em relação ao mesmo período de 2004. A demanda externa, com um crescimento de 18%, impulsionou a demanda interna. Isto pode ser observado pelo aumento da formação bruta de capital fixo (22%) e do consumo privado (8,4%). O investimento do setor privado em máquinas e equipamentos elevou-se em 41%. Estima-se que o PIB cresça a uma taxa de 5,8% durante todo o ano de 2005 – ver seção “Projeções e Indicadores Macroeconômicos”.

O índice de preços ao consumidor cresceu 2,29% no terceiro trimestre de 2005 e 3,95% nos 12 meses que terminaram em setembro, cumprindo a meta anunciada pela autoridade monetária uruguaia para o período (entre 6% e 8%).

O mercado de trabalho apresentou uma melhora neste primeiro semestre, através de um leve incremento na demanda por trabalho e na redução do desemprego, em relação ao primeiro semestre de 2004. Os postos de trabalho aumentaram 1,9% entre o segundo trimestre de 2004 e o mesmo período de 2005, e a taxa de desemprego passou de 13,1% para 12,3%.

No balanço de pagamentos, a conta corrente apresentou déficit no primeiro semestre deste ano (US\$ 61 milhões), assim como a conta de capital e financeira (US\$ 204 milhões). De julho de 2004 a junho de 2005, a conta corrente apresentou um déficit correspondente a 1,2% do PIB, enquanto que no mesmo período do ano anterior, o déficit representava 0,2% do PIB. Encontra-se uma explicação para este maior déficit no maior crescimento das importações comparativamente ao das exportações. Com o crescimento do nível de atividade uruguaia e dos preços internacionais (em especial do petróleo), as importações experimentaram um aumento significativo. As importações representaram 22,9% do PIB no período de 12 meses até junho de 2005, contra 20,5% no período imediatamente anterior. No mesmo período, as exportações apresentaram crescimento menor: de 21,5% do PIB em 2004 para 22,4% em 2005.

## 2.6) Colômbia

No segundo trimestre, o PIB colombiano cresceu 5,3% em relação ao mesmo período do ano anterior e 4,6% em relação ao primeiro semestre de 2004. Estima-se que o produto cresça a uma taxa próxima a 4,0% em 2005 – ver seção “Projeções e Indicadores Macroeconômicos”.

A demanda interna aumentou 9,4% em relação a 2004. O investimento sustentou seu excelente desempenho, tendo crescido 24,7% em relação ao ano anterior em decorrência das baixas taxas de juros e das condições econômicas e sócio-políticas favoráveis. Os gastos do governo também cresceram (8%), devido a razões tais como o alto preço internacional do petróleo.

O aumento do consumo das famílias foi de 5,3%. Pelo lado da oferta, observa-se um crescimento diversificado. Os setores que mais se destacaram foram: comércio (10,2%), financeiro (9,8%), construção (7,8%) e serviços sociais (6,3%). A aceleração da atividade econômica estimulou, também, o aumento das importações (28,5%).

Em agosto, a taxa de desemprego apresentou uma queda tanto no âmbito nacional (11,3%) quanto no urbano (13,8%). Esta redução está associada ao crescimen-

to anual de empregos nacionais (2,9%) e urbanos (4,2%) além de uma maior formalização dos mesmos.

Em 2004, a inflação ao consumidor na Colômbia foi de 5,5%. Observa-se em 2005, uma redução da inflação maior que a esperada, devendo ser cumprida a meta estabelecida pelo Banco Central, entre 4,5% e 5,5%. A redução da inflação de comercializáveis (sem incluir alimentos) refletiu o comportamento da taxa de câmbio. Já a de bens não comercializáveis tem como origem a existência de excessos de capacidade e o declínio das próprias expectativas gerais de inflação. As projeções para 2005 estão em 5,0% – ver seção “Projeções e Indicadores Macroeconômicos”.

Como resultado dos altos preços das *commodities* e do crescimento mundial e regional, as receitas da exportação colombiana aumentaram fortemente (37% em relação a 2004) no primeiro semestre de 2005. Nas importações de bens ocorreu efeito similar, aumentando 30% no período. A maior dinâmica das exportações levou a um superávit comercial com aumento significativo sobre 2004, 241%. Se este ritmo continuar até o fim do ano, o superávit comercial de 2005 equivalerá ao dobro de 2004.

## 2.7) Paraguai

Segundo o governo paraguaio, o país cresceu cerca de 9% no primeiro semestre de 2005 em relação a igual período de 2004. Este crescimento foi liderado pelo setor de serviços, enquanto o setor agrícola sofreu com as quedas de produção dos dois principais produtos paraguaios: algodão e soja.

Este crescimento se refletiu em um aumento na arrecadação fiscal, liderada pelo aumento real de 7,7% na receita do IVA no acumulado do ano até agosto. Isto já é suficiente para honrar os compromissos anuais e gerar superávit fiscal. Porém, como os gastos cresceram a uma taxa maior do que os ingressos, o superávit acumulado até agosto foi menor em 2005 do que em 2004.

Quanto à inflação, o Índice de Preços ao Consumidor acumulou alta de 6,9% em 2005 até setembro, frente a uma alta de 2,2% acumulada no mesmo período do ano anterior. Com este resultado, a meta anual de 5% (com tolerância de 2,5 pontos percentuais) já foi ultrapassada. O preço do petróleo e a desvalorização cambial são apontados como responsáveis pela aceleração da inflação.

As exportações paraguaias registradas em 2005 até o terceiro trimestre somaram US\$ 1,292 bilhões, com queda de 1,6% em relação ao mesmo período de 2004. Os principais destinos das exportações paraguaias neste período foram o Uruguai (30% do total) e o Brasil (18% do total). Por sua vez, as importações registradas cresceram 9,7% no acumulado no ano e totalizaram US\$ 2,11 bilhões. Brasil e Argentina são os maiores exportadores para o Paraguai, com 29% e 22% das vendas respectivamente. O saldo comercial paraguaio registrou déficit de US\$ 818,5 milhões, frente US\$ 609,7 nos três primeiros trimestres do ano anterior.

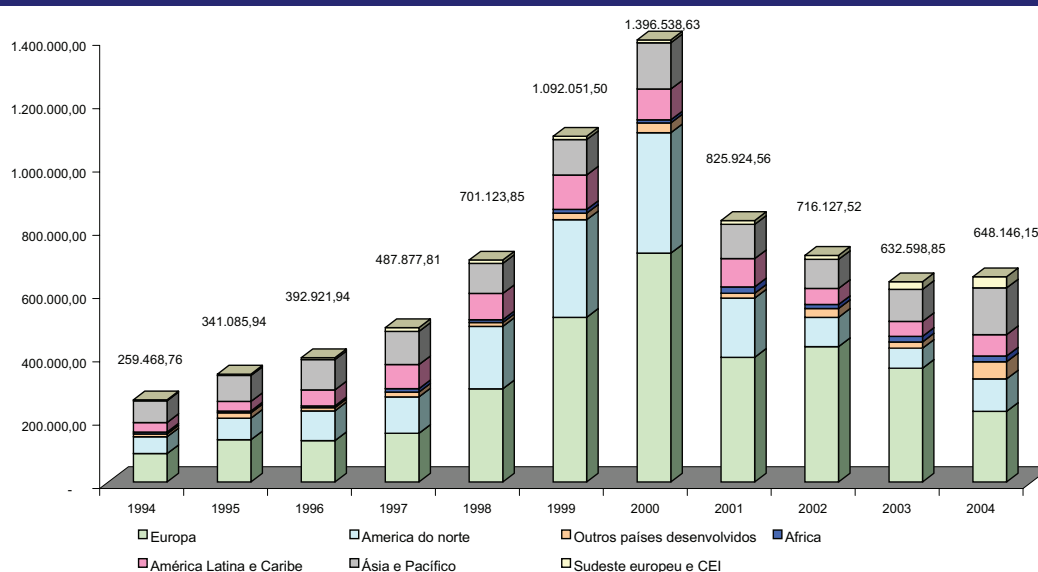
As reservas internacionais líquidas alcançaram US\$ 1,275 bilhões em setembro de 2005, valor que supera a meta de US\$ 85 milhões estabelecida no acordo com o FMI e que representa uma expansão de 8,1% nos últimos 12 meses.

### 3) INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO

#### 3.1) Evolução em 2004

De acordo com o World Investment Report 2005, publicado em final de setembro pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), os ingressos de investimento externo direto (IED) no mundo interromperam a trajetória de queda dos últimos três anos e cresceram 2% em 2004, somando US\$ 648 bilhões (ver Gráfico 3.1). Os maiores países receptores foram os Estados Unidos (US\$ 96 bilhões), a Grã-Bretanha (US\$ 78 bilhões) e a China (US\$ 61 bilhões).

**Gráfico 3.1: Ingressos de Investimento Externo Direto por região entre 1994 e 2004 – em US\$ milhões**



O relatório aponta como principais fatores que impulsionaram os IED em 2004: a expansão econômica mundial, a busca por maior competitividade, a desvalorização do dólar e conseqüente redução do custo de determinados investimentos, maiores lucros e condições favoráveis de financiamento aos investimentos e os elevados preços das *commodities*. Adicionalmente, o número de tratados bilaterais de investimento (BIT) e de prevenção de dupla taxação (DTT) atingiram, respectivamente, 2.392 e 2.559 em 2004. Estes tratados e os acordos internacionais de investimento contribuíram para a maior abertura ao IED.

Pelo terceiro ano consecutivo, os investimentos novos (*greenfield*) se expandiram. Este tipo de investimento liderou a recuperação dos IED. Em 2003 os projetos foram estimados em 9.300 e em 2004 subiram para 9.800<sup>3</sup>. Por sua vez, após três anos de retração, o valor das fusões e aquisições aumentou 28% em 2004 e somou US\$ 381 bilhões. As operações na China e na Índia dobraram, atingindo US\$ 6,8 bilhões e US\$ 1,8 bilhão, respectivamente.

Para 2005 e 2006, as expectativas são otimistas. A pressão competitiva sobre as empresas, o processo de *offshoring* de serviços, a crescente liberalização e o cres-

<sup>3</sup> O Brasil foi escolhido como sede para 258 projetos e figura entre os 11 países em desenvolvimento que receberam mais de 100 projetos.



cimento das empresas transnacionais de países em desenvolvimento são aspectos que tendem a impulsionar os IED.

### 3.2) Distribuição regional

Os ingressos de IED em países desenvolvidos, incluindo os 10 novos membros da União Européia, declinaram 14% em 2004, somando US\$ 380 bilhões. Operações de fusões e aquisições elevaram os influxos para os Estados Unidos (+69%) e para a Grã Bretanha (+286%). Uma única operação, a aquisição da Abbey National (Grã-Bretanha) pelo Santander Central Hispano (Espanha), envolveu US\$ 16 bilhões. O Japão recebeu US\$ 8 bilhões, uma expansão de 24% em relação a 2003. Na União Européia, por sua vez, houve queda de 36% nos ingressos, reduzindo-os para US\$ 216 bilhões, o menor valor desde 1996. Os novos membros da UE, no entanto, atraíram US\$ 20 bilhões (+69%) com suas altas taxas de crescimento, competitividade e a redução da incerteza na regulação de IED após a adesão.

Em contraste com os países desenvolvidos, os países em desenvolvimento aceleraram em 2004 a trajetória de expansão dos ingressos de IED iniciada no ano anterior. Em 2004, os fluxos somaram US\$ 233 bilhões, o que representou um aumento de 40% no ano, frente a expansão de 9% em 2003. Em consequência, a participação dos países em desenvolvimento nos ingressos de IED atingiu 36%, o maior nível desde 1997. Cinco países concentraram 60% do total recebido pelos países em desenvolvimento: China, Hong Kong, Brasil, México e Cingapura.

A Ásia e a Oceania foram novamente os maiores receptores de IED entre os países em desenvolvimento. Os ingressos de IED alcançaram US\$ 148 bilhões em 2004, o que correspondeu a um crescimento de 46% em relação a 2003. Não obstante, há concentração: 10 países receberam 92% dos recursos.

O investimento nesta região ocorre tradicionalmente em novos projetos (*greenfield*), nos quais a competitividade local e a possibilidade de redução de custos são determinantes. China e Índia foram responsáveis por cerca de metade de todos os investimentos novos (*greenfield*) nos países em desenvolvimento em 2004. As operações de fusões e aquisições também aumentaram de US\$ 22 bilhões em 2003 para US\$ 25 bilhões em 2004.

Um dos fatores que contribuíram para a expansão do IED para Ásia e Oceania nos últimos anos foram os acordos de integração regional da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), assinado em 1995, e outros acordos regionais e bilaterais, em especial os acordos de livre comércio com os Estados Unidos e o acordo entre China e ASEAN para criação de uma área de livre comércio em 2010. Estes acordos vêm facilitando e estimulando o investimento intra-regional, porque permite às empresas transnacionais (ETN) expandirem suas cadeias produtivas pelos diversos países, buscando competitividade e redução de custos.

Adicionalmente, consolidaram-se ETN dos próprios países do sudeste asiático. A internacionalização de empresas levou os egressos de IED a quadruplicarem em 2004 e atingirem US\$ 69 bilhões, segundo a UNCTAD. Grande parte destes investimentos é intra-regional, porém há investimentos em outras regiões. Em relação aos países desenvolvidos destacaram aquisições nos Estados Unidos e União Européia. Para a América Latina, a busca de recursos naturais foi um fator determinante, o que resultou em projetos de investimento significativos, especialmente chineses.



Na América Latina e o Caribe, após quatro anos de retração, a expansão econômica e a elevada cotação das *commodities* fizeram os fluxos de IED se expandirem 44% e somarem US\$ 68 bilhões. Brasil (US\$ 18 bilhões) e México (US\$ 17 bilhões) permaneceram como os maiores receptores de recursos e em conjunto com Chile e Argentina responderam por dois terços do total de recursos destinados para região. Argentina, Brasil e Chile também apresentaram as maiores taxas de expansão: +125%, +79% e +73% respectivamente. Bolívia, Equador e Venezuela sofreram as maiores retrações, fruto da conclusão de projetos e mudanças na regulação do setor de petróleo e gás. Quanto à participação setorial, os serviços vêm perdendo espaço para as manufaturas e os recursos naturais.

#### Box Especial:

##### América Latina e Caribe: três tipos de IED e três dinâmicas diferentes

A região da América Latina e do Caribe se caracteriza pela presença de influxos de IED com três motivações distintas e, portanto, dinâmicas diferentes.

Há investimentos feitos em busca de matérias primas (*resource-seeking*), como o petróleo e gás, a mineração e a agricultura. Estes investimentos dependem mais da demanda e da cotação internacional dos recursos naturais do que da situação macroeconômica dos países. Em 2004, a grande demanda por *commodities* elevou os investimentos em mineração na Argentina, Brasil, Chile e Peru, bem como em petróleo e gás na Colômbia e no Peru. A China em especial demonstrou grande interesse em investir na América Latina. Além disso, a elevação das cotações internacionais aumentou o montante de lucros reinvestidos. No Chile, 82% dos ingressos de IED corresponderam a lucros reinvestidos.

Os investimentos feitos no Mercosul, em especial no Brasil, e no México geralmente visam o atendimento do mercado local (*market-seeking*). Neste caso, flutuações macroeconômicas são determinantes e em 2004 o fluxo de IED acompanhou as elevadas taxas de crescimento da renda e da demanda interna. Concomitantemente, muitos destes investimentos também se beneficiaram da maior demanda externa, como no caso de projetos da indústria automobilística no Brasil e na Argentina.

Por fim, existem investimentos em busca de eficiência para conquista de terceiros mercados (*efficiency-seeking*). As plataformas de exportação de produtos eletrônicos e da indústria automobilística no México e de produtos têxteis no Caribe são exemplos na América Latina. Trata-se de um modelo baseado em baixos salários, zonas de processamento de exportações (ZPE) com incentivos fiscais e tributários e acesso especial ao mercado dos EUA mediante acordos comerciais como o Nafta. A abertura dos EUA para novos competidores fez estes países perderem competitividade e perceberem que as atividades desenvolvidas tem baixo valor agregado e carecem de encadeamentos locais. Em 2004, estas atividades e os ingressos de IED foram impulsionados pela recuperação econômica dos Estados Unidos e pelas taxas de câmbio mais desvalorizadas. No México, os investimentos em *maquiladoras* cresceram 26%.

Os ingressos de IED na África mantiveram-se estáveis em 2004, somando US\$ 18 bilhões. Atividades ligadas a recursos naturais e fusões e aquisições (incluindo privatizações) foram responsáveis por este resultado. No Sudeste Europeu e na Comu-

nidade dos Estados Independentes (CEI) os investimentos aumentaram 40% em 2004 para US\$ 35 bilhões, em seu quarto ano consecutivo de crescimento. Os investimentos baseados nas privatizações e nas altas cotações de petróleo e gás natural lideraram a expansão. Os IED na Rússia cresceram de US\$ 8 bilhões em 2003 para US\$ 12 bilhões em 2004.

### 3.3) Internacionalização de pesquisa e desenvolvimento

Uma tendência que vem ganhando expressão nos últimos anos é a internacionalização das atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) para países em desenvolvimento. O número de projetos de investimentos novos (*greenfield*) em P&D nos países em desenvolvimento cresceu de 316 em 2003 para 429 em 2004, ou seja, 36%. A Ásia é a região que mais recebe estes investimentos e em 2004 eles representaram 11% dos projetos novos (*greenfield*). Por sua vez, China e Índia concentram cerca de 75% destes investimentos na região. Ao final de 2004, a China possuía 700 centros de tecnologia de empresas estrangeiras. Na América Latina, Brasil e México são os países que mais se destacam.

As empresas transnacionais (ETN) respondem pela maioria dos investimentos em P&D aplicada e dominam o registro de novas patentes. Tradicionalmente, as economias em desenvolvimento atraem estas empresas com o objetivo de ter acesso a novas tecnologias e inserir o país em redes globais de inovação. No entanto, P&D é uma das atividades de menor nível de internacionalização, pois envolve conhecimento estratégico e requer alta qualificação. Aos países em desenvolvimento restava apenas a adaptação às condições locais de produtos e processos concebidos nos países desenvolvidos.

Atualmente, porém, as ETN estão iniciando o processo de *offshoring* do serviço de P&D, não somente de adaptação, mas de etapas mais complexas como o desenvolvimento de novas tecnologias para o mercado global. O objetivo é se beneficiar de recursos humanos de alta qualificação, reduzir custos e acelerar o processo de inovação. Trata-se da formação de sistemas globais de P&D, a exemplo da globalização do sistema produtivo. No Brasil, somente algumas filiais de ETN assumiram funções mais complexas, em especial na indústria automobilística, autopeças e eletrônicos.

A importância deste recente processo de internacionalização das atividades de P&D para os países em desenvolvimento está na sua contribuição para o desenvolvimento econômico. A difusão destas competências permite ao país avançar em direção a atividades mais complexas e de maior valor agregado, nas quais melhores salários não implicam perda de competitividade e cuja demanda possui maior dinamismo.

Embora a experiência mostre que os países em desenvolvimento estão aptos a desenvolver atividades sofisticadas de P&D e podem competir internacionalmente, o país que deseja receber estes investimentos precisa contar com um ambiente que estimule a inovação. Como há externalidades, problemas de coordenação e de bens públicos envolvidos, a participação do governo é fundamental para que o investimento privado possa ocorrer. Os casos de sucesso apontam para necessidade de um Sistema Nacional de Inovação (SNI) forte, baseado em investimentos em recursos humanos e em uma estrutura que crie incentivos e condições favoráveis à inovação, dentre os quais estão o uso estratégico das regras de propriedade intelectual, bem como o estímulo à disseminação dos conhecimentos e competências adquiridos para os demais setores da economia. Este esforço de construção de um SNI não deve ser visto isoladamente, mas em conjunto com políticas de competitividade e desenvolvimento.

### 3.4) Investimento no Brasil em 2005

Segundo o Banco Central do Brasil, o investimento externo direto líquido no país somou US\$ 9,39 bilhões em 2005 até setembro, frente US\$ 3,56 bilhões no mesmo período do ano passado. Esta expansão é fruto do crescimento de 21% dos ingressos de investimento externo direto no país e da redução de 73% dos investimentos brasileiros no exterior. Vale lembrar que ambos os números de 2004 foram muito afetados pela fusão da cervejaria Ambev com a belga Interbrew e a sua troca de ações, no valor de US\$ 4,89 bilhões, registrada em agosto.

Os ingressos de IED totalizaram US\$ 21,52 bilhões em 2005 até setembro, dos quais 71% se deram através de participação no capital. Os Estados Unidos voltaram a ser o país que mais investiu no Brasil, com participação de 20,7% do total de ingressos, seguido por Países Baixos (13,5%), México (12,6%), França (8,6%) e Alemanha (5,0%).

Quanto ao perfil setorial, os investimentos no setor de serviços exibiram a maior taxa de crescimento em relação ao período de janeiro a setembro de 2004: 75%. Os ingressos de IED atingiram US\$ 12,1 bilhões, equivalente a uma participação de 59% no total. Correio e telecomunicações receberam US\$ 2,8 bilhões a mais em 2005 até setembro do que no mesmo período de 2004.

Os ingressos em agricultura, pecuária e extrativa mineral cresceram 53,9% no acumulado em 2005 até setembro frente o mesmo período de 2004, liderados pelos recursos destinados ao setor de extração de petróleo e serviços relacionados. Na indústria, cujos ingressos de IED somaram US\$ 7,0 bilhões no período de análise em 2005, os setores de fabricação e montagem de veículos automotores e de produtos químicos superaram o recebimento de US\$ 1,2 bilhões e foram os que mais contribuíram para compensar a queda no setor de alimentos e bebidas, decorrente da influência da operação da Ambev em 2004.

As saídas líquidas de renda de investimento direto cresceram 70% no acumulado em 2005 até setembro frente o mesmo período de 2004. O montante líquido remetido ao exterior atingiu US\$ 6,6 bilhões, para o qual contribuem decisivamente os US\$ 6,3 bilhões relativos a remessas de lucros e dividendos.

#### **Box Especial: Investimentos brasileiros diretos no exterior**

Segundo o quarto “Levantamento de Capitais Brasileiros no Exterior” realizado pelo Banco Central do Brasil, o estoque de investimentos diretos brasileiros no exterior declarados na pesquisa atingiu US\$ 69,2 bilhões em 2004, frente US\$ 54,9 bilhões em 2003. O crescimento é contínuo desde o início do levantamento do banco central em 2001. 78% dos investimentos são em participação no capital.

Os principais países de destino destes investimentos até 2004 foram: Ilhas Cayman (38,0%), Ilhas Bahamas (11,9%), Ilhas Virgens (9,6%), Dinamarca (9,3%), Luxemburgo (4,5%), Espanha (4,3%), Estados Unidos (4,1%), Uruguai (3,4%) e Argentina (2,6%).

Quanto à distribuição setorial, predominam investimentos em serviços com 96% do total das participações brasileiras em empresas no exterior. Intermediação financeira e suas atividades auxiliares, exceto seguros e

previdência privada, receberam 51,9% dos recursos totais. 37,4% dos investimentos são classificados como “Serviços prestados principalmente às empresas”. Em terceiro lugar está o comércio por atacado e intermediários do comércio, com 4,1% do total. Extração de petróleo e construção aparecem ambos com 1%, porém os investimentos nestes setores já foram maiores no passado.

Em 2005 até setembro, os novos investimentos brasileiros no exterior somaram US\$ 3,0 bilhões, frente US\$ 9,6 bilhões no mesmo período de 2004. A saída de recursos se deu quase que exclusivamente mediante a participação no capital. Os empréstimos intercompanhia, que atingiram US\$ 2,8 bilhões entre janeiro e setembro de 2004, caíram para US\$ 92 milhões em 2005.

#### 4) O SETOR EXTERNO DA ECONOMIA BRASILEIRA

##### 4.1) Evolução do comércio exterior

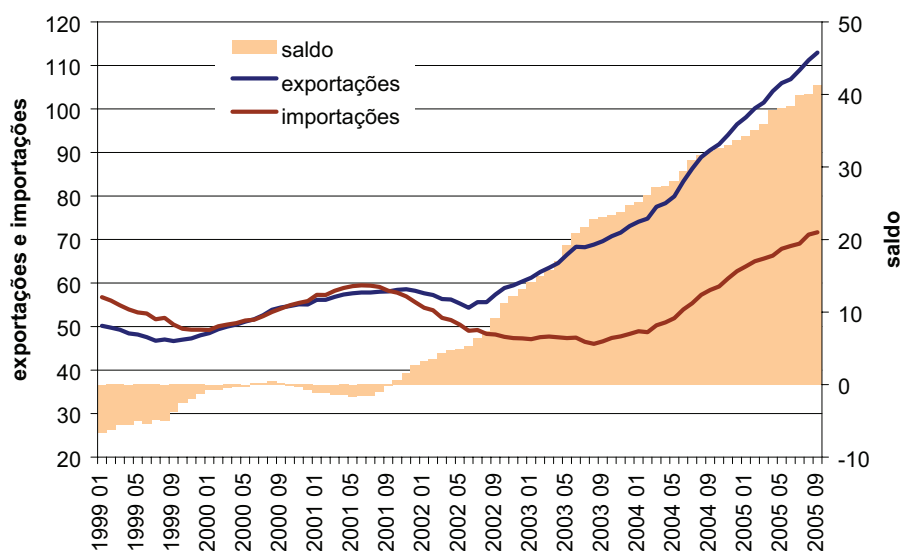
A balança comercial brasileira continua a apresentar excelente desempenho no decorrer de 2005. Nos primeiros nove meses do ano, as exportações foram de US\$ 86,7 bilhões, o que constituiu recorde histórico para iguais períodos. As exportações cresceram 23,4% em relação a janeiro a setembro de 2004. No acumulado de doze meses, o valor exportado também é recorde: US\$ 112,9 bilhões, representando um crescimento de 24,7% em relação ao período imediatamente anterior.

Em 2005, o valor das importações também tem crescido, mas sem haver redução do saldo comercial. De janeiro a setembro as importações cresceram 19,6% em relação ao mesmo período do ano passado, alcançando US\$ 54,1 bilhões – ver Gráfico 4.1. O saldo comercial foi recorde histórico, tanto de janeiro a setembro (US\$ 32,7 bilhões) quanto em doze meses (US\$ 41,3 bilhões).

O acentuado crescimento de exportações e importações proporcionou uma corrente de comércio recorde. Nos acumulado de doze meses até setembro, a soma de importações e exportações foi de US\$ 184,6 bilhões.

Gráfico 4.1

Balança comercial do Brasil: janeiro de 1999 a setembro de 2005  
(acumulado 12 meses em US\$ bilhões)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Secex/MDIC

Os Estados Unidos são o principal país importador de produtos brasileiros. No período de janeiro a setembro de 2005, o Brasil exportou US\$ 16,8 bilhões (+14,5% em relação ao mesmo período de 2004).

As exportações para países da Aladi cresceram 32% de janeiro a setembro de 2005 em relação ao mesmo período do ano passado. As vendas para os países do bloco somaram US\$ 18,6 bilhões, o que representou o segundo principal destino das exportações brasileiras no período. O principal bloco de países no destino das exportações brasileiras foi a União Européia, com US\$ 19,9 bilhões.

O crescimento das exportações brasileiras para o Mercosul superou um pouco a média dos países latino-americanos em geral, ficando em 32,4%. Seu principal componente foram as vendas para a Argentina, que cresceram 35% e representaram 85% das exportações brasileiras para o Mercosul. As exportações brasileiras para a Argentina (US\$ 7,2 bilhões) constituem recorde histórico para iguais períodos.

Após a Argentina, o principal destino das exportações brasileiras para a América Latina foi o México (US\$ 3 bilhões), seguido de Chile (US\$ 2,6 bilhões) e Venezuela (US\$ 1,6 bilhão). As vendas brasileiras para o México (+4,1%) variaram pouco em relação ao mesmo período do ano passado, enquanto as para o Chile e Venezuela cresceram fortemente – 42,6% e 62,3%, respectivamente.

As vendas para a Europa Oriental e África também apresentaram forte incremento relativo no período, 65,5% e 44,7%, respectivamente.

Em relação a produtos, as exportações brasileiras apresentaram desempenho recorde nas três categorias de valor agregado nos primeiros nove meses do ano. O maior crescimento relativo ocorreu na categoria de manufaturados (27,3%). Os manufaturados são os principais itens na pauta de exportações brasileiras, apresentando

participação recorde de 55% da pauta total. As categorias de semimanufaturados (19,5%) e básicos (16,8%) também apresentaram boas taxas de crescimento.

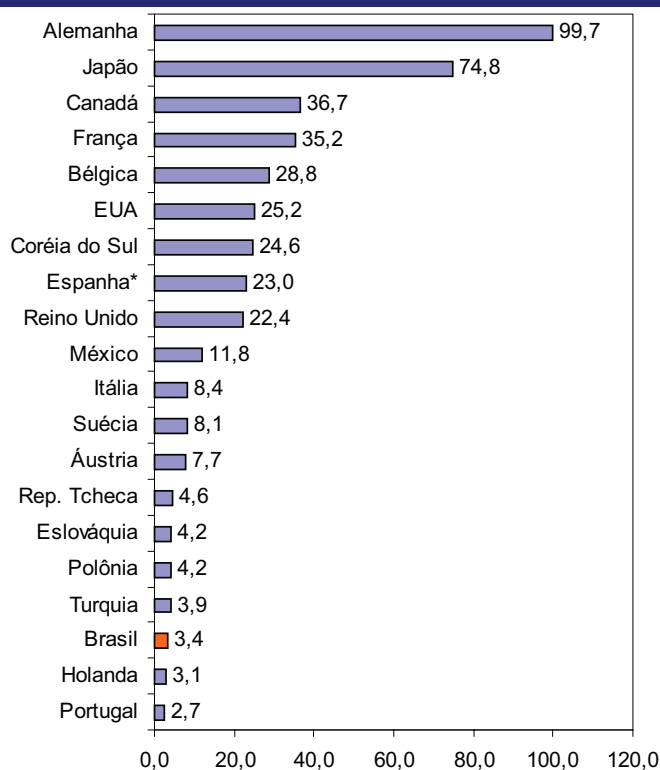
Nos segmentos de bens manufaturados, os principais produtos exportados foram: automóveis de passageiros (US\$ 3.257 milhões), aviões (US\$ 2.218 milhões), aparelhos transmissores e receptores (US\$ 1.963 milhões), autopeças (US\$ 1.831 milhões), laminados planos (US\$ 1.736 milhões), motores para veículos (US\$ 1.725 milhões) e calçados (US\$ 1.505 milhões). O segmento de aparelhos transmissores e receptores continua a ter o maior crescimento relativo entre os principais produtos, com aumento de 118% em relação ao mesmo período de 2004.

**Box Especial:**  
**Exportações de automóveis cresceram mais de 400% nos últimos 8 anos**

Nos últimos oito anos, as exportações brasileiras de automóveis cresceram mais de 400%. Os automóveis foram o principal item das exportações brasileiras de manufaturados em 2003 e 2004. Mas o Brasil ainda possui uma pequena participação no comércio internacional desses produtos, sendo apenas o 18º exportador mundial. O maior exportador do mundo é a Alemanha, seguida de Japão e Canadá – ver gráfico 4.2.

**Gráfico 4.2**

**Principais países exportadores de automóveis no mundo em 2004 (em US\$ bilhões)**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Comtrade / Nações Unidas. Valores referentes às exportações no item 87.03 do Sistema Harmonizado. \* Informações de 2003

O principal tipo de automóvel exportado pelo Brasil é o movido a gasolina com cilindrada entre 1.500 cm<sup>3</sup> e 3.000 cm<sup>3</sup>; categoria que responde por 74% das exportações brasileiras totais. Nesse segmento, os maiores exportadores são Alemanha (US\$ 31,5 bilhões), Japão (US\$ 30,6 bilhões), EUA (US\$ 13,2 bilhões) e Bélgica (US\$ 13,1 bilhões). Essa categoria é a principal no comércio internacional de automóveis, com 38% do total vendido em 2004 no mundo.

Os preços das principais *commodities* brasileiras exportadas permanecem em alta, apesar da importante baixa nos segmentos de soja. Em relação a setembro de 2004, o preço da soja em grão reduziu-se 12,8% e o do óleo de soja bruto, 11,9%. O farelo de soja apresentou um pequeno aumento de +2,9%. Em relação ao mesmo mês do ano passado, os preços das demais *commodities* apresentaram bom desempenho: café em grão (+56,8%), açúcar refinado (+34,2%) e bruto (32,1%), carne de frango (+30,8%), minério de ferro (+53,3%) e milho (+419,4%).

As importações apresentam em 2005 taxas de crescimento similares às das exportações, mas possuem características distintas. As importações brasileiras possuem uma estrutura concentrada em bens de capital e intermediários. Os bens de consumo representam apenas 10,0%. As importações de bens de capital foram as que mais cresceram no período (29,0% em relação a 2004). Os bens de consumo (+20,5%) também apresentaram crescimento acima da média do período, principalmente pela evolução nos últimos meses. No acumulado dos nove meses, cresceram principalmente as compras de não-duráveis (+22,9%), mas nos últimos meses crescem também as de duráveis. Em setembro, as importações de bens de consumo duráveis cresceram 29,1% em relação ao mesmo mês de 2004.

Nos últimos dois anos, o maior crescimento relativo ocorreu na categoria de manufaturas de baixa intensidade tecnológica<sup>4</sup>: 90,2% em relação a 2003 – ver tabela 4.1. O ano de 2003 é uma base de comparação particularmente relevante porque foi o ano que o Brasil apresentou o menor valor em importações para períodos de janeiro a setembro nos últimos dez anos. O crescimento do valor importado nessa categoria ocorreu principalmente devido às compras de ferro, aço e seus produtos, nos quais o efeito da elevação de preços não foi desprezível. Efeito similar ocorreu na categoria de combustíveis, que foi o segundo item em crescimento em relação a 2003, devido em grande parte ao efeito-preço.

<sup>4</sup> A classificação da pauta brasileira por intensidade tecnológica segue a apresentada em UNCTAD (2002) *Trade and Development Report*. Geneve: United Nations Conference on Trade and Development, Cap.III, Anexo 1. Para os dados brasileiros, esta classificação é obtida após a conversão dos dados do SISCOEX de códigos do Sistema Harmonizado a 6 dígitos para a SITC Revisão 2, na qual é apresentada a agregação por intensidade tecnológica pela UNCTAD.



Tabela 4.1

Importações brasileiras por intensidade tecnológica: janeiro a setembro de 2003 a 2005 (em US\$ milhões)				
<b>Categoria</b>	<b>2005</b>	<b>2004</b>	<b>2003</b>	<b>Variação 2005/2003</b>
<i>Commodities</i> primárias	5.208	4.845	4.270	22,0%
Manufaturas intensivas em mão-de-obra	2.450	2.077	1.558	57,2%
Manufaturas de baixa intensidade tecnológica	2.284	1.625	1.201	90,2%
Manufaturas de média intensidade tecnológica	14.236	11.342	9.686	47,0%
Manufaturas de alta intensidade tecnológica	19.543	17.009	12.456	56,9%
Combustíveis, lubrificantes e não-classificados	10.334	8.304	5.835	77,1%
<b>Total</b>	<b>54.056</b>	<b>45.203</b>	<b>35.006</b>	<b>54,4%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Secex/MDIC

Apesar de terem sofrido um forte incremento relativo, a participação de manufaturas de baixa intensidade tecnológica é pequena em relação à pauta total. Os bens de média ou alta intensidade tecnológica representaram 62,5% (US\$ 33,8 bilhões) das importações totais no período de janeiro a setembro de 2005. A participação desses bens nas importações é praticamente o dobro do que nas exportações.

Nesse conjunto, há grande presença de materiais elétricos e eletrônicos que sejam partes e peças de bens de capital (US\$ 3,8 bilhões em 2005, contra US\$ 2,1 bilhões em 2003). As compras de produtos químicos também são significativas: US\$ 3,3 bilhões em 2005, contra US\$ 2,3 bilhões em 2003.

Os bens especificamente classificados de alta intensidade são o principal componente da pauta brasileira de importações, com US\$ 19,5 bilhões de janeiro a setembro de 2005. As importações de alto conteúdo tecnológico cresceram 56,9% em relação a 2003, e as de média, 47,0%.

Dos bens de alto ou médio conteúdo tecnológico importados pelo Brasil, são preponderantes os bens de capital e suas partes e peças (US\$ 15,2 bilhões em 2005, +55% em relação ao mesmo período de 2003) e os insumos processados para a indústria (exceto alimentos), com US\$ 10,3 bilhões. Bens de consumo em geral (incluindo os veículos de passageiros representam apenas 7,7% dos itens de médio ou alto conteúdo tecnológico comprados do exterior pelo Brasil.

Tabela 4.2

Importações brasileiras de bens de médio ou alto conteúdo tecnológico por categoria de uso\*:  
janeiro a setembro de 2003 a 2005

Categorias de uso	2005		2004		2003	
	US\$ milhões	Part.	US\$ milhões	Part.	US\$ milhões	Part.
Insumos industriais processados (exceto alimentos)	10.272	30,4%	9.465	33,4%	7.173	32,4%
Bens de capital	8.160	24,2%	6.895	24,3%	5.039	22,8%
Partes e peças de bens de capital	7.083	21,0%	5.391	19,0%	4.787	21,6%
Partes e peças de equipamentos de transporte	5.077	15,0%	4.032	14,2%	3.025	13,7%
Bens de consumo	2.062	6,1%	1.799	6,3%	1.387	6,3%
Equipamentos de transporte industrial	561	1,7%	309	1,1%	262	1,2%
Veículos de passageiros	531	1,6%	434	1,5%	451	2,0%
Outros	34	0,1%	27	0,1%	18	0,1%
	<b>33.780</b>	<b>100,0%</b>	<b>28.351</b>	<b>100,0%</b>	<b>22.142</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Secex/MDIC

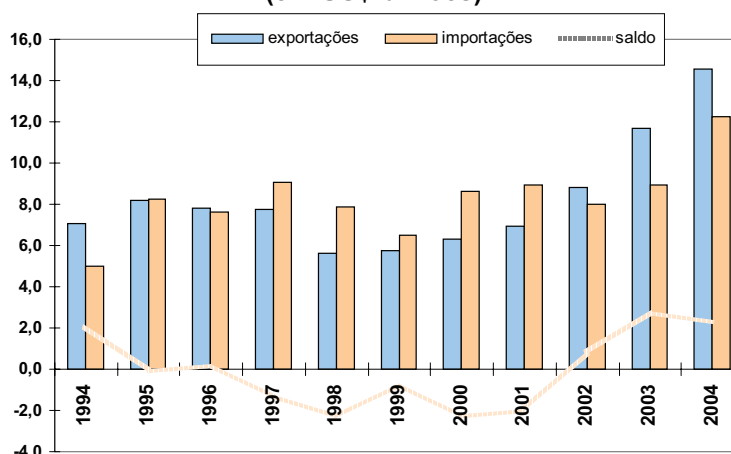
\* Segundo a Classificação por Grandes Grupos Econômicos das Nações Unidas, agregado a partir das estatísticas da Secex/MDIC pelo Sistema Harmonizado em 6 dígitos.

## MATÉRIA ESPECIAL:

## O desempenho recente das economias asiáticas e sua contribuição para as exportações brasileiras

Na recente diversificação dos destinos das exportações brasileiras, a Ásia é uma região que se destaca. O Brasil possuía uma balança comercial deficitária com os países da Ásia até 2001. O déficit anual chegou a ser de US\$ 2,3 bilhões em 2000. A partir de 2002, a balança comercial entre Brasil e Ásia se reverte, passando a apresentar superávit anual superior a US\$ 2 bilhões. O principal elemento dessa reversão foi o aumento das exportações para a China, que atualmente é o principal parceiro comercial do Brasil na Ásia e o terceiro mercado importador de produtos brasileiros, depois dos Estados Unidos e da Argentina.

**Gráfico 1**  
**Balança Comercial entre Brasil e Ásia, exceto Oriente Médio: 1994 a 2004**  
(em US\$ bilhões)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Secex/MDIC

Os países asiáticos se destacam por elevada renda per capita, pela manutenção de taxas de crescimento superiores aos demais países em desenvolvimento e pela elevada abertura das suas economias. A combinação destas características contribuiu para a elevação das vendas brasileiras para estes mercados.

Nos anos 1960, entretanto, alguns países asiáticos possuíam níveis de renda similares aos de países africanos. O desenvolvimento econômico da Ásia, que gerou taxas de crescimento extraordinárias entre os anos 1970 e meados dos anos 1990, é atribuído a uma estratégia que ficou conhecida como “*export-led development*”, na qual o mercado externo torna-se o motor do desenvolvimento.

As políticas públicas apoiavam o desenvolvimento do comércio – financiamento e seguro às exportações, pesquisas de mercado e transferência de tecnologia – e a produção para exportação recebia incentivos e os mercados almejados eram os países desenvolvidos.

O economista japonês Akamatu formulou o modelo denominado de “gansos voadores” para explicar o crescimento na Ásia. Neste modelo, sob a liderança do Japão, existe um crescimento sincronizado e em etapas entre países com estágio de

desenvolvimento diferentes. Através de investimento externo direto, subcontratações e transferência de tecnologia, o Japão transferia a produção de bens tecnologicamente mais atrasados para outros países da região e, assim, se concentrava nos produtos de maior conteúdo tecnológico e maior valor agregado. Primeiro, os países buscaram a inserção internacional em indústrias tradicionais, intensivas em trabalho, a exemplo dos produtos têxteis ou calçados. Posteriormente, a ênfase deslocou-se para bens de consumo durável e outros produtos mais sofisticados. Finalmente, tornaram-se potências exportadoras em produtos de alta densidade tecnológica. À medida que as economias foram amadurecendo e os salários se tornaram mais elevados, os países substituíam o conjunto de bens produzidos e países menos desenvolvidos assumiam estas atividades. Coréia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong foram os primeiros países a seguir este modelo. A segunda geração de gansos foram os países da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) como Tailândia, Indonésia, Malásia e Filipinas. Vietnam, Laos, Cambodja são identificados com a terceira geração.

Como resultado desta estratégia de desenvolvimento, as economias mais desenvolvidas da Ásia e do Pacífico possuem elevada participação das exportações no PIB: acima de 95% em 2003, frente um percentual de cerca de 60% em 1983. Ademais, a pauta de exportações se transformou. Produtos tradicionais dominavam a pauta em 1983 e atualmente a participação de bens de alta e média-alta intensidade tecnológica respondem por mais de 60% das pautas. Por outro lado, também a participação das importações no PIB é muito expressiva, pouco mais de 85% em 2003, frente pouco menos de 60% em 1983.<sup>5</sup> Quanto às exportações líquidas, sua participação no PIB é positiva e crescente nos países mais desenvolvidos da Ásia. Nos países de renda mais baixa da Ásia, a contribuição das exportações líquidas é negativa.

O sucesso do modelo “*export-led*” asiático levou diversos autores a defenderem esta estratégia de desenvolvimento, muitas vezes em detrimento de um modelo baseado no mercado interno, como na experiência latino-americana.

Promovendo as exportações, o país (i) proporciona uma alocação mais eficiente dos recursos e gera economias de escala, (ii) estimula o aprendizado através da introdução de novas tecnologias e difusão de conhecimento por toda economia (iii) eleva a demanda agregada e o crescimento econômico e (iv) eleva a capacidade de importação. Adicionalmente, a concorrência enfrentada no mercado externo impõe padrões de desempenho mínimos aos agentes econômicos apoiados pelas políticas de desenvolvimento.

A partir da crise de 1997, os questionamentos ao modelo de desenvolvimento asiático ganharam destaque no debate econômico. Em primeiro lugar, o foco no crescimento baseado em exportações limitou, por vezes, o desenvolvimento do mercado doméstico. Além disso, os países que adotam esta estratégia ficam muito vulneráveis ao desempenho dos países desenvolvidos, bem como seu desenvolvimento fica limitado ao potencial destes países.

Por fim, quando diversos países adotam o modelo de desenvolvimento baseado em exportações simultaneamente, não se estimula o crescimento, mas a competição entre os países. A concorrência exacerbada pode levar à queda de preços e conseqüente deterioração dos termos de troca, com impactos negativos para todos os países. Já em situações de desaceleração da demanda externa, há grande probabilidade dos investimentos produtivos gerarem capacidade ociosa.

<sup>5</sup> Para comparação, nos países europeus as exportações participam com cerca de 55% do PIB em 2003 e as importações atingiram 50% do PIB no mesmo ano.

Após a crise asiática, diversos *policy-makers* propuseram um novo modelo de desenvolvimento com ênfase na demanda doméstica. A estratégia é diversificar a estrutura produtiva e reduzir a dependência do comércio exterior - em especial das exportações - e do capital externo, que constituíam as bases da estratégia anterior, a fim de elevar a capacidades das economias asiáticas enfrentarem choques externos.

A experiência da Tailândia ilustra esta mudança. Desde a posse do primeiro ministro Thaksin Shinawatra, em janeiro de 2001, houve empenho em deslocar o foco das políticas das manufaturas para exportação para um crescimento baseado no mercado interno. Com o objetivo de reduzir a dependência anterior de demanda externa e diminuir a importância relativa da produção em massa nos centros urbanos, o governo vem adotando medidas para o estímulo da demanda interna e políticas de apoio a setores tradicionais (como agricultura e pequenas e médias empresas) e ao empresariado nacional. Embora de forma mais discreta, Malásia e Coreia, dentre outros, também estão adotando estratégias similares.

Não obstante a mudança de foco, seria mais correto denominar as políticas adotadas de uma estratégia dual (*dual-track strategy*), que combina o desenvolvimento da demanda interna e o apoio a empresas nacionais, sem abdicar dos benefícios da demanda externa por bens e serviços asiáticos. Ou seja, o estímulo ao mercado interno é feito simultaneamente à promoção do setor externo.

Em relação ao setor externo, a iniciativa mais importante no período recente foi o processo de integração regional iniciado com o acordo da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), assinado em 1995. A liberalização está permitindo a formação de cadeias produtivas envolvendo diversos países, nas quais empresas transnacionais (ETN) buscam maior competitividade e redução de custos. Como resultado da integração, as economias da região aumentaram a interdependência dos seus setores produtivos, estabelecendo *linkages* e relações de complementaridade. Quanto ao comércio exterior, o maior parceiro comercial dos países da Ásia em desenvolvimento deixou de ser os EUA, para se tornar a própria Ásia, conforme dados do *Asian Development Bank* (ADB).

Neste aspecto, cabe destacar a relevância de dois parceiros em especial. Inicialmente, a emergência da China, e mais recentemente da Índia, foi certamente um grande desafio para os demais países da Ásia. O grande risco que se colocava era sofrer com a concorrência e até ser substituído<sup>6</sup>. Entretanto, o risco se transformou em oportunidade quando os países da Ásia decidiram aproveitar o potencial das grandes economias regionais. A posição privilegiada de estar entre de dois pólos regionais de crescimento - a China e a Índia - trouxe grandes benefícios. O elevado crescimento de China e Índia se consolidou como impulso ao comércio intra-regional, através de geração de demanda por produtos asiáticos. As exportações do Sudeste Asiático para China cresceram 37% nos últimos dois anos e para a Índia se expandiram 26%. A China absorve cerca de 6% das exportações da região, segundo o ADB.

<sup>6</sup> Um diferencial da China, e tudo indica também da Índia, é que estas economias seguem uma estratégia que combina expansão de setores tradicionais com desenvolvimento de indústrias de alta e média-alta intensidade tecnológicas. Inicialmente exportadora de têxteis, artigos de plástico, brinquedos, calçados e entre outros, a China passou a exportar produtos de alta tecnologia sem abdicar da liderança competitiva nos produtos tradicionais. Atualmente, as exportações chinesas distribuem-se equilibradamente entre esses tipos de produtos: em 2002, os produtos tradicionais correspondiam a 42% da pauta, enquanto os de média-alta tecnologia representavam 49%. Em resumo, ao contrário do Japão e o modelo de desenvolvimento asiático dos "gansos voadores", não existe um desenvolvimento sucessivo e em etapas. As potências regionais atuais se propõem a abarcar todas as atividades.

### Desempenho macroeconômico em 2004 e perspectivas

No ano de 2004, as economias em desenvolvimento da Ásia atingiram o maior crescimento desde a crise asiática. A expansão de 7,3%, segundo o ADB, foi liderada pela demanda doméstica, combinada com um contexto externo benigno. À exceção dos países em desenvolvimento do Pacífico e da Coreia do Sul, todos os países cresceram a taxas superiores a 5% - ver Tabela 8 da seção “Projeções e indicadores econômicos”. Além da elevada expansão da China, destacaram-se Cingapura, Hong Kong (China), Índia e Malásia.

O desempenho da demanda doméstica foi importante para a expansão da região, a exemplo do que vêm ocorrendo nos últimos dois anos. Em particular, o investimento foi retomado após um longo período desde a crise asiática, no qual a China foi certamente uma exceção. Em praticamente todos os países, a participação da formação bruta de capital fixo no PIB aumentou em 2004. A baixa capacidade ociosa e elevado nível de ingressos de IED, para investimentos novos (*green field*), explicam esta elevação. Naturalmente, a expansão da capacidade produtiva é um sinal positivo para perspectiva de crescimento no longo prazo.

O consumo, por sua vez, também se fortaleceu em 2004. Decisivo para este comportamento foi o ambiente de baixa inflação<sup>7</sup> e as políticas macroeconômicas favoráveis. A expansão do consumo é fundamental para dinamizar o mercado interno e ter sucesso na estratégia de reduzir a dependência do setor externo.

Em 2004 também se observou o melhor cenário externo em muitos anos. As economias da região se beneficiaram da expansão vigorosa dos países industrializados, em especial dos Estados Unidos, e do resto da Ásia, como China e Índia. Isto significou uma forte demanda externa por bens manufaturados, embora o crescimento das exportações tenha atingido os mais variados setores. Em particular, a região é exportadora de produtos eletrônicos e de tecnologia da informação, cujas demandas apresentaram recuperação expressiva em 2004. Por fim, a continuidade do crescimento chinês e o avanço da integração no Sudeste Asiático impulsionaram o comércio intra-regional, que registrou expansão de 25,5% em 2004. O incremento das vendas externas também explica em parte a expansão verificada nos investimentos.

Apesar do crescimento das exportações, os saldos comercial e em conta corrente (3,7% do PIB em 2004) sofreram retração frente a 2003 tendo em vista a elevação das importações com o crescimento econômico e a alta dos preços do petróleo. Mesmo assim, foi possível continuar a política de acúmulo de reservas.

O crescimento econômico da Ásia e o Pacífico atraiu grande volume de capital externo. Os ingressos de IED alcançaram US\$ 147,6 bilhões em 2004, o que correspondeu a um crescimento de 46% em relação a 2003 – ver seção “Investimento Externo Direto”.

As perspectivas para as economias da Ásia dependem ainda principalmente do comportamento da economia mundial, em especial da China. Todavia, a maior contribuição da demanda doméstica, observada nos últimos anos, ameniza o impacto de eventuais condições adversas no mercado internacional. A expectativa do *Asian Deve-*

<sup>7</sup> A apreciação do câmbio frente ao dólar foi em parte responsável por este resultado, visto que reduziu o impacto inflacionário.

*lopment Bank* é que o crescimento continue robusto nos próximos dois a três anos, apesar de uma redução em relação ao desempenho em 2004.<sup>8</sup>

A expectativa é que a demanda doméstica nas economias asiáticas tenha contribuição crescente na expansão econômica esperada para os próximos anos. Em particular, a taxa de investimento deverá se elevar e tenderá a ser o elemento mais dinâmico na economia.

Por outro lado, a contribuição do setor externo tende a diminuir. As exportações devem continuar se expandindo, tendo em vista a expansão do comércio intra-regional e o crescimento de China (pequena desaceleração) e Índia (expansão sólida). Apesar dos receios quanto ao possível *hard landing* da economia chinesa, seu desempenho em 2004 atingiu 9,5%, o valor mais alto dos últimos sete anos. Ainda que a China venha a reduzir um pouco o seu ritmo de crescimento, a perspectiva é que a expansão continue forte para os padrões internacionais, estimulando todos os países integrados à economia chinesa. No entanto, a perspectiva de crescimento econômico na Ásia certamente aumentará a necessidade de importações. Deste modo, a estimativa do ADB é que o saldo comercial sofra redução.

Finalmente, vale apresentar quais são os principais riscos percebidos pelos analistas em relação ao desempenho futuro das economias asiáticas. Quanto ao mercado interno, o maior risco à expansão é a adoção de políticas macroeconômicas mais rígidas frente a uma alta da pressão inflacionária. Em segundo lugar estão as situações que afetam a demanda por produtos asiáticos: (i) a alta do petróleo e o desaquecimento dos mercados industrializados, implicando em possível redução de demanda externa; (ii) evolução da economia chinesa e seus impactos sobre os fluxos de comércio intra-regional e (iii) redução de demanda por tecnologia da informação e produtos de alta tecnologia, mercados mais relevantes para as exportações de diversos países asiáticos. Porém, o risco mais grave identificado diz respeito ao comportamento do dólar norte-americano. A contínua desvalorização do dólar reduzirá a competitividade dos países asiáticos e acirrará a competição com a China. Isto inviabilizará a manutenção das taxas de câmbio atreladas ao dólar (*dollar peg*) e a flexibilização implicará em riscos de instabilidade cambial, comercial e financeira para todos os países da região. A crescente integração dos países asiáticos torna a questão cambial mais relevante e cria a necessidade de coordenação regional.

### **A balança comercial entre Brasil e países asiáticos selecionados**

Como visto anteriormente, a China é o principal parceiro comercial do Brasil na Ásia. Em 2004, houve recorde histórico de exportações brasileiras àquele país (US\$ 5,4 bilhões). Naquele ano, o saldo comercial brasileiro foi de US\$ 1,7 bilhões. Durante a década de 1990, o Brasil em geral apresentou déficits comerciais com a China, apesar de não serem muito elevados.

Após a China, os países do extremo oriente com as maiores importações provenientes do Brasil são Japão, Coréia do Sul, Tailândia e Hong Kong.

Os maiores déficits comerciais entre o Brasil e países asiáticos ocorriam com o Japão, valor que já chegou a ser de US\$ 1 bilhão. Até hoje, o Brasil importa mais do que exporta àquele país, apesar de já haver um déficit significativamente menor; apenas US\$ 100 milhões em 2004. O déficit comercial entre Brasil e Coréia do Sul não

<sup>8</sup> Para 2005, cabe esclarecer que o impacto do desastre da tsunami foi limitado e não deve interferir no desempenho econômico da região. As áreas mais atingidas foram zonas rurais, enquanto zonas urbanas e centros industriais foram preservados.



chegou a ser tão elevado, mas permanece em níveis similares aos da década de 1990.

O Brasil registrou superávits comerciais com Hong Kong durante praticamente toda a década de 1990. Com Hong Kong, o superávit brasileiro mais que triplica em relação à primeira metade da década de 1990; com a Tailândia este se mantém próximo a uma mesma média durante os últimos 10 anos, cerca de US\$ 140 milhões.

Em 2005, a Tailândia apresenta o maior crescimento relativo de importações entre os principais parceiros comerciais do Brasil na Ásia. O crescimento das exportações para a China não é elevado neste ano, mas deve ser considerado o desempenho em anos anteriores. As exportações para a China cresceram 80% de 2002 para 2003 e mais 20% no ano seguinte.

O Brasil exporta para mais de 30 países na Ásia e as vendas para esta região em 2004 responderam por 15% das exportações brasileiras. Os 9 países relacionados na Tabela 1 representaram 86% de suas vendas para o continente em 2004. Estes serão os destinos das exportações brasileiras analisados a seguir.

**Tabela 1**  
**Principais países de destino das exportações brasileiras no extremo oriente - 2002 a 2005 (em US\$ mil)**

País	2002	2003	2004	01/2004 a 09/2004	01/2005 a 09/2005	Var % 2005/2004
CHINA	2.520.457	4.532.560	5.439.956	4.383.966	4.761.827	8,6
JAPÃO	2.097.954	2.310.546	2.767.995	2.026.558	2.546.643	25,7
CORÉIA DO SUL	852.419	1.223.104	1.429.298	1.060.455	1.403.388	32,3
TAILÂNDIA	350.185	416.189	647.537	506.562	664.144	31,1
HONG KONG	526.731	694.037	767.859	595.404	646.487	8,6
CINGAPURA	469.316	337.711	571.240	410.246	539.935	31,6
INDONESIA	256.507	322.769	382.690	265.366	322.628	21,6
MALÁSIA	281.513	225.461	282.671	205.194	301.142	46,8
FILIPINAS	126.660	117.427	243.217	155.369	180.651	16,3
<b>Total</b>	<b>7.481.742</b>	<b>10.179.804</b>	<b>12.532.462</b>	<b>9.609.120</b>	<b>11.366.845</b>	<b>18,3</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Secex/MDIC

Os principais produtos exportados do Brasil para os países asiáticos são os classificados na categoria de básicos – ver Tabela 2. Nesta categoria, a Ásia é o segundo destino das vendas brasileiras, com 26% de participação em 2004, atrás somente da União Européia. O próprio crescimento vigoroso das vendas para a China deve-se às exportações de minério de ferro e soja. Os 10 principais produtos exportados pelo Brasil para os países asiáticos selecionados são básicos ou semimanufaturados<sup>9</sup>. Estes 10 produtos representaram 55% das importações totais desses países do Brasil entre 2002 e 2004. Todos apresentam expressivas taxas de crescimentos nos últimos anos.

<sup>9</sup> A Ásia é o principal destino das exportações brasileiras de produtos semimanufaturados (participação de 29% nesta categoria), seguida dos Estados Unidos (27%).

**Tabela 2**  
**Principais produtos brasileiros exportados para países asiáticos: 2002 a 2004**  
**(em US\$ mil)**

Produto	Fator agregado	2002	2003	2004	Média das variações anuais de 2003 e 2004
Soja em grão	Básico	1.018.826	1.539.530	1.854.599	35,8%
Minério de ferro não aglomerado	Básico	895.169	1.043.665	1.417.586	26,2%
Pedaços de frango	Básico	319.952	395.099	734.275	54,7%
Minério de ferro aglomerado	Básico	368.570	456.120	622.765	30,1%
Pasta química de madeira	Semi	245.968	444.453	445.173	40,4%
Semimanufaturados de ferro ou aço	Semi	271.144	432.215	402.800	26,3%
Farelo de soja	Básico	298.255	393.315	331.834	8,1%
Alumínio bruto	Semi	257.682	383.325	374.155	23,2%
Óleo de soja	Semi	128.724	280.589	432.870	86,1%
Fumo	Básico	180.761	177.590	309.411	36,2%
Demais		3.496.693	4.633.903	5.606.995	-
<b>Total</b>		<b>7.481.742</b>	<b>10.179.804</b>	<b>12.532.462</b>	<b>29,6%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Secex/MDIC; agregação a 6 dígitos da NCM.

Os bens intermediários representam cerca de 80% das exportações brasileiras para os referidos países. Nesta categoria estão incluídos os básicos que ocupam as primeiras posições na pauta de importações de produtos brasileiros pelos países da Ásia.

Cerca de 10% da pauta é composta por bens de consumo, em grande parte do setor de alimentos. Estas vendas para Ásia se expandiram em 47% entre 2003 e 2004, com destaque para o crescimento das vendas para China: +145% em 2004 e +97% no acumulado em 2005 até julho.

Os bens de capital representam pouco mais de 4% nas exportações para Ásia e são constituídos principalmente por caminhões, máquinas agrícolas e aviões. Os países que possuem maior participação de bens de capital brasileiros na pauta de importações são Malásia, Indonésia, Cingapura e Coréia do Sul. Japão, Hong Kong e China são os que importam menos bens de capital proporcionalmente.

O predomínio de produtos de baixo valor agregado se manifesta claramente quando analisado o conteúdo tecnológico das exportações brasileiras para a Ásia. Do total das exportações brasileiras para os países em questão, 90% são produtos de baixa intensidade tecnológica ou *commodities* primárias – ver Tabela 3.

**Tabela 3**  
**Exportações brasileiras para a Ásia por intensidade tecnológica - 2003 e 2004:**  
**participação (em %), valores (em US\$ mil) e taxa de crescimento (em %)**

	Participação %		Valor em 2004	Variação % 2003/2004
	2003	2004		
Alta intensidade tecnológica	4,60	4,70	585.133	25,43
Média intensidade tecnológica	7,30	5,50	684.226	-7,53
Baixa intensidade tecnológica	15,11	10,89	1.353.415	-11,60
Manufaturas intensivas em mão de obra ou recursos naturais	5,68	5,87	729.572	26,81
Commodities primárias	64,51	68,32	8.594.626	30,55
Combustíveis	2,65	4,56	566.734	111,18
Não-classificados	0,15	0,15	18.754	22,41
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>12.532.462</b>	<b>23,11</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Secex/MDIC; segundo metodologia da UNCTAD.

As manufaturas de alta e média intensidade tecnológica respondem por cerca de 10% das vendas externas para Ásia. Indonésia, Malásia, Cingapura e Coréia são os países que mais importam bens de maior conteúdo tecnológico. O Japão, embora compre apenas cerca de 8% de bens mais sofisticados, possui uma demanda expressiva por bens de alta intensidade tecnológica, figurando como segundo país que mais importa bens desta categoria (atrás somente de Cingapura). Os principais produtos exportados são automóveis, caminhões, máquinas agrícolas, aviões e produtos químicos.

### **Bibliografia**

- Asian Development Bank (2005). Asian Development Outlook 2005. [www.adb.org](http://www.adb.org)
- Carlos Aguiar de Medeiros (2004). A China como um Duplo Pólo na Economia Mundial e a Recentralização da Economia Asiática, mimeo, [www.ie.ufrj.br](http://www.ie.ufrj.br)
- David Kupfer (2005). O método chinês de cavar túneis. Valor Econômico 24.08.2005
- Fundo Monetário Internacional. [www.imf.org](http://www.imf.org)
- Kokko, Ari (2002). Export-Led Growth in East Asia: Lessons for Europe's Transition Economies. European Institute of Japanese Studies Working Paper Series n. 142.
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. [www.desenvolvimento.gov.br](http://www.desenvolvimento.gov.br)
- Nações Unidas. [www.un.org](http://www.un.org)
- Richard B. Freeman (2005). Does Globalization of the Scientific/Engineering Workforce Threaten U.S. Economic Leadership?, National Bureau of Economic Research, Working Paper 11457, [www.nber.org](http://www.nber.org)
- UNCTAD. [www.unctad.org](http://www.unctad.org)

PROJEÇÕES E INDICADORES ECONÓMICOS

PROJEÇÕES

Tabela 1 – Projeções

	Produto Interno Bruto - variação %													
	FMI (1)		CEPAL (2)		OCDE (3)		BBVA		Citigroup		Economist (4)		Santander	
	2005 P.	2006 P.	2005 P.	2006 P.	2005 P.	2006 P.	2005 P.	2006 P.	2005 P.	2006 P.	2005 P.	2006 P.	2005 P.	2006 P.
<b>Países Desenvolvidos</b>	2,5	2,7	-	-	-	-	-	-	-	2,5	2,4	-	-	-
União Europeia	1,6	2,1	-	-	2,5	-	1,4	2,2	-	-	-	-	-	-
Japão	2,0	2,0	-	-	1,5	1,7	1,5	2,0	2,2	2,2	1,7	2,3	2,0	-
Estados Unidos	3,5	3,3	-	-	3,6	3,3	3,6	3,2	3,6	3,1	3,6	3,3	-	-
Canadá	2,9	3,2	-	-	2,8	3,1	-	-	2,9	3,3	2,9	3,0	-	-
Reino Unido	1,9	2,1	-	-	2,4	2,4	2,5	2,6	1,6	2,4	1,8	2,1	-	-
Zona do Euro	1,2	1,5	-	-	1,2	2,0	1,4	2,2	1,4	1,9	1,3	1,6	-	-
Alemanha	0,9	1,1	-	-	1,2	1,8	1,2	1,8	1,0	1,0	0,9	1,3	-	-
França	1,4	1,6	-	-	1,4	2,0	1,7	2,1	1,5	1,8	1,5	1,7	-	-
Itália	0,0	0,9	-	-	-0,6	1,1	-0,1	1,5	0,4	1,5	0,2	1,2	-	-
<b>Países em Desenvolvimento</b>	6,4	6,1	-	-	-	-	-	-	5,6	5,4	-	-	-	-
<b>Africa</b>	4,5	5,9	-	-	-	-	-	-	4,7	4,4	-	-	-	-
América Latina e Caribe	-	-	4,3	4,0	-	-	4,4	3,5	3,9	3,8	-	-	4,4	3,9
Argentina	7,5	4,2	7,3	-	-	-	8,0	5,5	7,9	5,8	-	-	8,0	6,0
Bolívia	3,9	2,5	3,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6,6	3,8
Brasil	3,3	3,5	3,0	-	3,7	3,5	3,3	3,0	3,3	3,7	3,0	3,6	3,4	3,8
Chile	5,9	5,8	6,0	-	-	-	6,3	5,3	5,5	5,0	6,0	5,1	6,1	5,6
Colômbia	4,0	4,0	4,0	-	-	-	4,2	4,0	4,0	4,0	3,6	3,5	4,2	3,6
Equador	2,7	2,8	3,0	-	-	-	-	-	2,7	3,4	-	-	2,7	3,0
México	3,0	3,5	3,6	-	4,0	4,2	3,0	3,0	3,0	3,2	3,5	3,3	3,2	3,3
Paraguai	3,0	3,5	2,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Peru	5,5	4,5	5,5	-	-	-	5,7	4,7	5,0	4,4	4,8	4,1	4,7	4,0
Uruguai	6,0	4,0	6,2	-	-	-	5,5	-	5,5	4,0	-	-	-	-
Venezuela	7,8	4,5	7,0	-	-	-	7,3	3,4	6,0	4,0	6,2	4,6	9,6	5,8
República Dominicana	4,5	4,5	3,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Ásia e Pacífico</b>	7,8	7,2	-	-	-	-	-	-	6,8	6,3	-	-	-	-
China	9,0	8,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Coreia do Sul	3,8	5,0	-	-	9,0	9,2	9,0	8,5	9,3	8,0	9,0	8,1	-	-
Indonésia	5,8	5,8	-	-	4,3	5,0	-	-	3,5	4,3	3,3	4,2	-	-
Tailândia	3,5	5,0	-	-	-	-	-	-	5,6	5,7	5,6	5,5	-	-
Índia	7,1	6,3	-	-	-	-	-	-	4,0	4,7	3,9	5,0	-	-
<b>Europa Central e Leste Europeu</b>	4,3	4,6	-	-	-	-	-	-	7,5	7,1	6,8	6,9	-	-
Rússia	5,5	5,2	-	-	6,0	6,0	-	-	4,9	5,4	-	-	-	-
<b>Mundo</b>	4,3	4,3	-	-	-	-	-	-	5,8	6,0	5,9	5,5	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir de relatórios das instituições.

(1) World Economic Outlook 2005 (Setembro 2005) e Relatórios de países.

(2) Estudio Económico de América Latina y el Caribe, 2004-2007 (agosto 2005)

(3) OECD Economic Outlook No. 77 (junho 2005)

(4) Média das previsões coletadas pelo The Economist junto a ABN Amro, Deutsche Bank, Economist Intelligence Unit, Goldman Sachs, HSBC Securities, IBC Bank, JP Morgan Chase, Morgan Stanley, Decision Economics, BNP Paribas, Royal Bank of Canada, Citigroup, Scotiabank e UBS.

Tabela 2 – Projeções

Índice de preços ao consumidor - variação %												
	FMI (1)		OCDE (2)		BBVA		Citigroup		Economist (3)		Santander	
	2005 P.	2006 P.	2005 P.	2006 P.	2005 P.	2006 P.	2005 P.	2006 P.	2005 P.	2006 P.	2005 P.	2006 P.
<b>Países Desenvolvidos</b>	2,2	2,0	-	-	-	-	2,3	2,2	-	-	-	-
<b>União Européia</b>	2,1	1,9	-	-	2,1	1,6	-	-	-	-	-	-
Japão	-0,4	-0,1	-0,2	0,1	-0,2	0,2	-0,2	0,3	-0,1	0,3	-	-
Estados Unidos	3,1	2,8	2,8	2,6	3,0	2,9	3,5	2,9	3,4	3,1	-	-
Canadá	2,2	2,5	1,9	1,9	-	-	2,3	2,2	2,4	2,5	-	-
Reino Unido	2,0	1,9	2,0	2,1	1,8	1,6	2,2	2,3	2,2	2,2	-	-
Zona do Euro	2,1	1,8	1,8	1,3	2,2	1,9	2,2	2,1	2,2	1,9	-	-
Alemanha	1,7	1,7	1,2	0,8	1,7	1,3	2,0	2,5	2,0	1,9	-	-
França	1,9	1,8	1,6	1,7	1,7	1,4	1,8	1,5	1,9	1,7	-	-
Itália	2,1	2,0	2,0	2,0	1,8	1,8	2,1	2,3	2,1	2,1	-	-
<b>Países em Desenvolvimento</b>	5,9	5,7	-	-	-	-	5,2	5,2	-	-	-	-
<b>África</b>	8,2	7,0	-	-	-	-	5,6	6,3	-	-	-	-
<b>América Latina e Caribe</b>	-	-	-	-	6,5	6,0	5,8	5,5	-	-	5,9	5,9
Argentina	9,5	10,4	-	-	11,5	10,0	8,9	9,3	-	-	11,0	11,0
Bolívia	5,5	3,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Brasil	6,8	4,6	6,3	5,0	5,2	5,0	6,8	5,3	-	-	5,1	4,5
Chile	2,9	3,3	-	-	3,8	2,7	2,8	2,8	-	-	4,2	3,4
Colômbia	5,2	4,8	-	-	4,9	4,5	4,9	4,5	-	-	5,1	4,7
Equador	2,0	2,0	-	-	-	-	2,1	2,6	-	-	3,0	2,0
México	4,3	3,6	4,4	3,7	3,8	3,7	3,6	3,6	-	-	3,6	3,8
Paraguai	4,8	4,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Peru	1,8	2,6	-	-	1,8	2,5	1,7	2,3	-	-	2,0	2,5
Uruguai	5,2	6,5	-	-	5,5	-	5,0	6,6	-	-	-	-
Venezuela	16,6	18,0	-	-	16,8	15,3	16,3	18,4	-	-	16,2	14,7
<b>República Dominicana</b>	3,7	7,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Ásia e Pacífico</b>	4,2	4,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
China	3,0	3,8	4,0	4,0	2,5	2,5	3,5	4,2	-	-	-	-
Coreia do Sul	2,8	2,9	3,2	3,0	-	-	3,0	3,3	-	-	-	-
Indonésia	8,2	6,5	-	-	-	-	9,0	10,1	-	-	-	-
Taiilândia	4,2	2,7	-	-	4,2	2,7	4,5	5,6	-	-	-	-
Índia	3,9	5,1	-	-	-	-	5,0	5,5	-	-	-	-
<b>Europa Central e Leste Europeu</b>	4,8	4,3	-	-	-	-	8,4	7,0	-	-	-	-
Rússia	12,8	10,7	13,0	12,0	-	-	12,7	10,2	-	-	-	-
<b>Mundo</b>	3,9	3,7	-	-	-	-	2,9	2,8	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir de relatórios das instituições.

(1) World Economic Outlook 2005 (Setembro/2005) e Relatórios de países

(2) OECD Economic Outlook No. 77 (Junho/2005)

(3) Média das previsões coletadas pelo The Economist junto a ABN-Amro, Deutsche Bank, Economist Intelligence Unit, Goldman Sachs, HSBC Securities, KBC Bank, JP Morgan Chase, Morgan Stanley, Decision Economics, BNP-Paribas, Royal Bank of Canada, Citigroup, Scotiabank e UBS.

Tabela 3 - Projeções

	Saldo das Contas Públicas - % do PIB										
	FMI (1)		OCDE (2)		BBVA		Citigroup		Santander		
	2005 P	2006 P	2005 P	2006 P	2005 P	2006 P	2005 P	2006 P	2005 P	2006 P	
<b>Países Desenvolvidos</b>	-3,3	-3,4	-	-	-	-	-	-2,5	-2,5	-	-
<b>União Européia</b>	-3,1	-3,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Japão	-6,7	-6,2	-6,4	-6,3	-	-	-6,6	-6,1	-	-	-
Estados Unidos	-3,7	-3,9	-4,1	-3,9	-	-	-2,6	-2,5	-	-	-
Canadá	0,5	0,3	1,2	0,8	-	-	0,8	0,5	-	-	-
Reino Unido	-3,2	-3,4	-2,9	-3,0	-	-	-3,1	-3,2	-	-	-
Zona do Euro	-3,0	-3,1	-2,8	-2,7	-2,9	-2,9	-3,1	-3,4	-	-	-
Alemanha	-3,9	-3,7	-3,5	-3,2	-	-	-3,8	-3,6	-	-	-
França	-3,5	-3,9	-3,0	-3,0	-	-	-3,1	-3,5	-	-	-
Itália	-4,3	-5,1	-4,4	-5,0	-	-	-4,5	-5,0	-	-	-
<b>Países em Desenvolvimento</b>	-	-	-	-	-	-	-0,9	-1,0	-	-	-
<b>África</b>	-	-	-	-	-	-	-1,2	-2,2	-	-	-
<b>América Latina e Caribe</b>	-	-	-	-	-0,8	-0,9	-1,6	-1,5	-0,9	-1,1	-
Argentina	-	-	-	-	3,7	3,4	0,5	0,0	2,0	2,6	-
Bolívia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Brasil	-	-	-3,8	-2,8	-3,0	-3,0	-4,0	-3,3	-3,6	-3,1	-
Chile	-	-	-	-	4,2	2,6	1,0	1,0	3,3	2,5	-
Colômbia	-	-	-	-	-1,6	-2,0	-1,8	-2,0	-1,5	-2,0	-
Equador	-	-	-	-	-	-	0,2	-0,5	1,7	1,5	-
México	-	-	-	-	-0,1	0,0	-0,2	-0,2	-0,2	-0,2	-
Paraguai	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Peru	-	-	-	-	-1,0	-1,0	-1,0	-1,0	-1,1	-1,1	-
Uruguai	-	-	-	-	-2,5	-	-1,5	-1,0	-	-	-
Venezuela	-	-	-	-	-0,9	-1,6	-1,0	-3,0	3,5	2,7	-
República Dominicana	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Ásia e Pacífico</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
China	-	-	-	-	-	-	-1,4	-1,4	-	-	-
Coreia do Sul	-	-	-0,4	-0,2	-	-	-1,0	-1,2	-	-	-
Indonésia	2,2	2,8	2,8	2,9	-	-	0,4	0,6	-	-	-
Taiilândia	-	-	-	-	-	-	-1,0	-0,8	-	-	-
Índia	-	-	-	-	-	-	-0,3	-1,4	-	-	-
<b>Europa Central e Leste Europeu</b>	-	-	-	-	-	-	-4,3	-4,0	-	-	-
Rússia	-	-	2,0	1,5	-	-	1,3	1,0	-	-	-
<b>Mundo</b>	-	-	-	-	-	-	-2,1	-2,2	-	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir de relatórios das instituições.

(1) World Economic Outlook 2005 (Setembro/2005) e Relatórios de países

(2) OECD Economic Outlook No. 77 (Junho/2005)

Tabela 4 – Projeções

	OCDE (1)		BBVA		Citigroup		Santander	
	2005 P	2006 P	2005 P	2006 P	2005 P	2006 P	2005 P	2006 P
<b>Países Desenvolvidos</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>União Européia</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
Japão	79,0	97,0	-	-	-	-	-	-
Estados Unidos	-710,5	-761,7	-	-	-	-	-	-
Canadá	39,4	49,7	-	-	-	-	-	-
Reino Unido	-77,4	-83,5	-	-	-	-	-	-
Zona do Euro	151,2	166,3	-	-	-	-	-	-
Alemanha	150,3	166,9	-	-	-	-	-	-
França	-8,0	-0,7	-	-	-	-	-	-
Itália	-9,6	-14,8	-	-	-	-	-	-
<b>Países em Desenvolvimento</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>África</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>América Latina e Caribe</b>	-	-	-	-	-	-	72,8	47,7
Argentina	-	-	10,1	8,5	-	-	10,4	8,3
Bolívia	-	-	-	-	-	-	-	-
Brasil	-	-	41,0	30,0	-	-	42,3	35,4
Chile	-	-	9,0	6,2	-	-	9,2	6,9
Colômbia	-	-	2,8	0,2	-	-	0,8	0,7
Equador	-	-	-	-	-	-	0,7	0,5
México	-19,4	-21,5	-9,3	-10,8	-	-	-8,8	-12,2
Paraguai	-	-	-	-	-	-	-	-
Peru	-	-	3,5	3,0	-	-	2,8	2,2
Uruguai	-	-	-	-	-	-	-	-
Venezuela	-	-	-	-	-	-	-	-
República Dominicana	-	-	25,4	20,7	-	-	30,4	26,8
<b>Ásia e Pacífico</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
China	-	-	-	-	97,7	123,9	-	-
Coreia do Sul	26,5	16,8	-	-	30,3	28,1	-	-
Indonésia	-	-	-	-	23,0	21,3	-	-
Tailândia	-	-	-	-	-9,9	-12,2	-	-
Índia	-	-	-	-	-38,1	-47,3	-	-
<b>Europa Central e Leste Europeu</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
Rússia	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir de relatórios das instituições.

(1) OECD Economic Outlook No. 77 (Junho/2005)



Tabela 5 – Projeções

	Saldo em Conta Corrente - % PIB											
	FMI (1)		OCDE (2)		BBVA		Citigroup		Economist (3)		Santander	
	2005 P	2006 P	2005 P	2006 P	2005 P	2006 P	2005 P	2006 P	2005 P	2006 P	2005 P	2006 P
<b>Países Desenvolvidos</b>	-1,3	-1,4	-	-	-	-	-1,7	-1,9	-	-	-	-
União Européia	-0,1	-0,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Japão	3,3	3,0	3,6	4,1	-	-	3,2	3,4	3,3	3,3	-	-
Estados Unidos	-6,1	-6,1	-6,4	-6,7	-	-	-6,4	-6,5	-6,5	-6,6	-	-
Canadá	1,5	1,7	1,7	2,5	-	-	1,4	-0,2	1,6	1,5	-	-
Reino Unido	-1,9	-1,8	-2,3	-2,4	-	-	-2,0	-2,5	-2,2	-2,4	-	-
Zona do Euro	0,2	0,2	0,1	0,3	0,6	0,4	0,3	0,2	0,1	0,1	-	-
Alemanha	4,3	4,4	4,2	4,9	-	-	3,8	2,7	3,7	3,5	-	-
França	-1,3	-1,5	-1,0	-0,6	-	-	-1,5	-1,6	-1,0	-0,8	-	-
Itália	-1,7	-1,4	-2,2	-2,3	-	-	-1,6	-1,2	-1,3	-1,4	-	-
<b>Países em Desenvolvimento</b>	4,1	4,5	-	-	-	-	3,0	2,5	-	-	-	-
<b>África</b>	1,6	3,5	-	-	-	-	2,8	2,3	-	-	-	-
<b>América Latina e Caribe</b>	-	-	-	-	1,4	0,4	0,9	0,1	-	-	0,2	-0,8
Argentina	1,3	0,1	-	-	1,4	1,4	1,5	-1,0	1,0	0,2	0,4	-0,7
Bolívia	2,6	2,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Brasil	1,7	0,7	0,9	0,3	1,8	1,0	1,5	1,3	1,4	0,6	1,6	0,6
Chile	0,3	-0,7	-	-	0,5	-1,0	1,0	0,9	0,7	-0,5	-0,6	-0,9
Colômbia	-1,8	-1,5	-	-	1,0	-1,0	-1,1	-1,5	-1,6	-2,2	-1,6	-1,9
Equador	0,2	2,4	-	-	-	-	1,6	-0,3	-	-	0,6	-0,3
México	-1,1	-0,8	-1,9	-2,0	-1,1	-1,3	-1,0	-1,5	-1,4	-1,8	-0,9	-1,2
Paraguai	-1,4	-0,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Peru	0,3	0,3	-	-	-0,1	-0,5	-0,5	-1,2	-0,2	-0,7	0,0	-0,6
Uruguai	-2,8	-5,3	-	-	0,6	-	-1,0	-1,5	-	-	-	-
Venezuela	15,9	14,9	-	-	14,1	8,7	11,1	4,8	12,9	9,0	20,3	14,5
República Dominicana	1,6	0,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Ásia e Pacífico</b>	3,0	2,8	-	-	-	-	4,0	3,4	-	-	-	-
China	6,1	5,6	5,2	4,6	-	-	6,0	5,5	5,9	5,0	-	-
Coreia do Sul	2,0	1,5	3,0	1,7	-	-	2,2	1,6	2,6	1,8	-	-
Indonésia	-0,4	0,7	-	-	-	-	0,6	-0,5	1,0	0,6	-	-
Tailândia	-2,5	-2,5	-	-	-	-	-2,7	-4,0	-1,2	-1,9	-	-
Índia	-1,8	-2,0	-	-	-	-	-1,5	-1,9	-1,6	-1,7	-	-
<b>Europa Central e Leste Europeu</b>	-4,8	-5,0	-	-	-	-	2,7	2,9	-	-	-	-
Rússia	13,2	13,0	12,0	8,5	-	-	12,6	12,6	10,7	7,1	-	-
<b>Mundo</b>	-	-	-	-	-	-	-0,7	-0,9	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir de relatórios das instituições.

(1) World Economic Outlook 2004 (Setembro/2005) e Relatórios de países

(2) OECD Economic Outlook No. 77 (Junho/2005)

(3) Média das previsões coletadas pelo The Economist junto a ABN Amro, Deutsche Bank, Economist Intelligence Unit, Goldman Sachs, HSBC Securities, KBC Bank, JP Morgan Chase, Morgan Stanley, Decision Economics, BNP Paribas, Royal Bank of Canada, Citigroup, Scotiabank e UBS.

## INDICADORES MACROECONÔMICOS E PROJEÇÕES PARA O BRASIL

Tabela 6 - Projeções e Indicadores macroeconômicos

	Principais Indicadores Macroeconômicos do Brasil e Projeções										
	Sinopse										Banco Central <sup>(2)</sup>
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	Internacional <sup>(1)</sup>		2005 P		2006P
PIB (Variação %)	0,8	4,4	1,3	1,9	0,5	4,9	3,4	3,5	3,2	3,5	3,5
Índice de Preços ao Consumidor (%)	9,1	6,2	7,9	12,2	8,9	6,3	6,0	4,9	5,5	4,6	4,6
Taxa de Juros Nominal (Selic fim de período)	25,6	17,4	17,3	19,2	23,4	16,3	-	-	18,0	15,7	-
Déficit Público (% do PIB)	5,8	3,6	3,6	4,6	5,1	2,7	3,5	3,2	-	-	-
Dívida Pública (% do PIB)	49,7	48,8	52,6	55,5	57,2	51,7	-	-	51,6	50,5	-
Exportação (US\$ Bilhões)	48,0	55,1	58,2	60,4	73,1	94,6	-	-	116,9	122,4	-
Importação (US\$ Bilhões)	49,2	55,8	55,6	47,2	48,3	62,8	-	-	75,0	87,3	-
Saldo da Balança Comercial (US\$ Bilhões)	-1,2	-0,7	2,7	13,1	24,8	33,7	37,4	30,1	41,6	34,8	-
Saldo em Conta Corrente (% do PIB)	-4,7	-4,0	-4,6	-1,7	0,8	1,9	1,5	0,8	13,2	6,4	-
Investimento Externo Direto (US\$ Bilhões)	26,9	30,5	24,7	14,1	9,9	8,7	-	-	15,7	15,2	-

Fonte: Banco Central do Brasil

(1) As projeções para 2005 e 2006 são médias das tabelas de previsões das instituições.

(2) Média das expectativas do mercado coletadas pelo Banco Central em 11/11/2005.

## INDICADORES MACROECONÔMICOS DE PAÍSES SELECIONADOS

Tabela 7 - Indicadores macroeconômicos

Produto Interno Bruto - US\$ Bilhões						
	1999	2000	2001	2002	2003	2004 E
<b>Países Desenvolvidos</b>	<b>25.016,0</b>	<b>25.342,4</b>	<b>25.025,9</b>	<b>26.099,1</b>	<b>29.235,3</b>	<b>32.398,1</b>
União Européia	8.999,0	8.342,1	8.423,3	9.205,7	11.183,6	12.865,6
Japão	4.471,2	4.750,2	4.167,5	3.980,2	4.299,7	4.671,2
Estados Unidos	9.268,4	9.817,0	10.128,0	10.469,6	10.971,3	11.734,3
Canadá	661,3	725,2	715,6	735,6	870,5	993,4
Reino Unido	1.465,2	1.445,7	1.435,3	1.574,0	1.807,5	2.133,0
Zona do Euro	6.698,0	6.109,2	6.163,9	6.726,0	8.285,6	9.464,5
Alemanha	2.146,4	1.905,8	1.892,6	2.025,8	2.446,4	2.754,7
França	1.456,8	1.332,7	1.341,6	1.464,2	1.794,3	2.046,3
Itália	1.182,0	1.077,9	1.091,3	1.190,5	1.471,1	1.680,1
<b>Países em Desenvolvimento</b>	<b>5.711,0</b>	<b>6.203,7</b>	<b>6.283,7</b>	<b>6.418,2</b>	<b>7.245,8</b>	<b>8.496,7</b>
África	432,3	444,1	441,8	467,2	568,1	685,6
América Latina e Caribe	1.797,9	1.991,3	1.918,4	1.478,0	1.543,0	-
Argentina	283,5	284,2	268,7	101,5	127,3	152,0
Bolívia	8,3	8,4	8,2	7,9	8,1	8,8
Brasil	536,7	601,6	510,4	460,6	505,5	603,8
Chile	73,0	75,2	68,6	67,3	73,4	94,1
Colômbia	86,2	83,8	82,0	81,6	80,0	97,4
Equador	16,7	15,9	21,0	24,3	27,2	30,3
México	481,3	580,5	623,7	642,6	636,5	675,3
Paraguai	7,3	7,1	6,5	5,1	5,6	6,7
Peru	51,6	53,5	53,6	56,5	60,8	68,6
Uruguai	20,9	20,1	18,6	12,1	11,2	13,3
Venezuela	98,0	117,2	122,9	92,9	84,3	108,2
Republica Dominicana	17,6	19,9	21,9	21,6	16,1	19,4
Ásia e Pacífico	2.049,4	2.189,2	2.275,8	2.469,3	2.788,2	3.198,9
China	991,4	1.080,7	1.175,7	1.270,7	1.418,3	1.653,7
Índia	436,8	458,4	471,3	495,1	575,7	665,1
Europa Central e Leste Europeu	598,4	610,3	593,3	686,3	843,3	1.019,9
Rússia	195,9	259,7	306,6	345,1	431,4	581,8
<b>Total</b>	<b>30.726,9</b>	<b>31.546,1</b>	<b>31.309,6</b>	<b>32.517,3</b>	<b>36.481,1</b>	<b>40.894,8</b>

Fonte: FMI

Nota: Produto Interno Bruto ao câmbio vigente.

Tabela 8 - Indicadores macroeconômicos

Crescimento do Produto Interno Bruto (%)								
	1999	2000	2001	2002	2003	2004E	2005 P	2006 P
<b>Países Desenvolvidos</b>	<b>3,5</b>	<b>3,9</b>	<b>1,2</b>	<b>1,5</b>	<b>1,9</b>	<b>3,3</b>	<b>2,5</b>	<b>2,6</b>
União Européia	2,9	3,9	2,0	1,3	1,3	2,5	1,8	2,2
Japão	-0,1	2,4	0,2	-0,3	1,4	2,7	1,9	1,9
Estados Unidos	4,4	3,7	0,8	1,6	2,7	4,2	3,6	3,2
Canadá	5,5	5,2	1,8	3,1	2,0	2,9	2,9	3,2
Reino Unido	3,0	4,0	2,2	2,0	2,5	3,2	2,0	2,3
Zona do Euro	2,7	3,8	1,7	0,9	0,7	2,0	1,3	1,8
Alemanha	1,9	3,1	1,2	0,1	-0,2	1,6	1,0	1,4
França	3,2	4,1	2,1	1,3	0,9	2,0	1,5	1,8
Itália	1,7	3,0	1,8	0,4	0,3	1,2	0,0	1,2
<b>Países em Desenvolvimento</b>	<b>4,0</b>	<b>5,8</b>	<b>4,1</b>	<b>4,8</b>	<b>6,5</b>	<b>7,3</b>	<b>6,0</b>	<b>5,8</b>
Africa	2,8	3,3	4,1	3,6	4,6	5,3	4,6	5,2
América Latina e Caribe	0,5	3,7	0,4	-0,6	1,7	4,6	4,3	3,8
Argentina	-3,4	-0,8	-4,4	-10,9	8,8	9,0	7,4	4,9
Bolívia	0,4	2,5	1,7	2,4	2,8	3,6	3,7	2,5
Brasil	0,8	4,4	1,3	1,9	0,5	4,9	3,4	3,5
Chile	-0,8	4,5	3,4	2,2	3,7	6,1	5,9	5,3
Colômbia	-4,2	2,9	1,5	1,9	4,1	4,1	4,0	3,8
Equador	-6,3	2,8	5,1	3,4	2,7	6,9	2,8	3,1
México	3,9	6,6	-0,2	0,8	1,4	4,4	3,3	3,4
Paraguai	-1,5	-3,3	2,1	0,0	3,8	4,0	2,9	3,5
Peru	0,9	2,9	0,2	4,9	4,0	4,8	5,1	4,3
Uruguai	-2,8	-1,4	-3,4	-11,0	2,2	12,3	5,8	4,0
Venezuela	-6,0	3,7	3,4	-8,9	-7,7	17,9	7,1	4,3
Republica Dominicana	8,1	7,8	4,0	4,3	-1,6	2,0	4,0	4,5
Ásia e Pacífico	6,2	6,7	5,6	6,6	8,1	8,2	7,3	6,8
China	7,1	8,0	7,5	8,3	9,3	9,5	9,1	8,4
Cingapura	6,8	9,6	-2,0	3,2	1,4	8,4	4,0	4,5
Coréia do Sul	9,5	8,5	3,8	7,0	3,1	4,6	3,7	4,6
Filipinas	3,4	4,4	1,8	4,3	4,7	6,1	4,7	4,5
Hong Kong	3,4	10,2	0,5	1,9	3,2	8,1	4,0	4,0
Índia	6,9	4,7	4,8	4,4	7,5	7,3	7,1	6,8
Indonésia	0,8	4,9	3,8	4,4	4,9	5,1	5,7	5,7
Malásia	6,1	8,9	0,3	4,1	5,3	7,1	6,0	6,2
Tailândia	4,4	4,8	2,2	5,3	6,9	6,1	3,8	4,9
Taiwan	5,3	5,8	-2,2	3,9	3,3	5,7	4,0	4,3
Europa Central e Leste Europeu	0,5	4,9	0,2	4,4	4,6	6,5	4,6	5,0
Rússia	6,3	10,0	5,1	4,7	7,3	7,2	5,8	5,7

Fonte: FMI

Nota: As projeções para 2005 e 2006 são médias das tabelas de previsões das instituições.

Tabela 9 - Indicadores macroeconômicos

Variação Acumulada no ano dos índices de preço ao consumidor								
Inflação - %								
	1999	2000	2001	2002	2003	2004E	2005P	2006P
<b>Países Desenvolvidos</b>	<b>1,4</b>	<b>2,2</b>	<b>2,1</b>	<b>1,5</b>	<b>1,8</b>	<b>2,0</b>	<b>2,3</b>	<b>2,1</b>
União Européia	1,7	2,5	2,6	2,2	2,0	2,2	2,1	1,8
Japão	-0,3	-0,9	-0,7	-1,0	-0,2	0,0	-0,2	0,2
Estados Unidos	2,2	3,4	2,8	1,6	2,3	2,7	3,2	2,9
Canadá	1,7	2,7	2,5	2,3	2,7	1,8	2,2	2,3
Reino Unido	1,4	0,8	1,2	1,3	1,4	1,3	2,0	2,0
Zona do Euro	1,1	2,1	2,3	2,3	2,1	2,1	2,1	1,8
Alemanha	0,6	1,4	1,9	1,3	1,0	1,8	1,7	1,6
França	0,6	1,8	1,8	1,9	2,2	2,3	1,8	1,6
Itália	1,7	2,6	2,3	2,6	2,8	2,3	2,0	2,0
<b>Países em Desenvolvimento</b>	<b>10,4</b>	<b>7,3</b>	<b>6,7</b>	<b>5,9</b>	<b>6,0</b>	<b>5,8</b>	<b>5,6</b>	<b>5,5</b>
África	11,5	13,1	12,2	9,6	10,4	7,8	6,9	6,7
América Latina e Caribe	9,5	8,6	5,9	11,4	7,1	6,8	6,1	5,8
Argentina	-1,2	-0,9	-1,1	25,9	13,4	4,4	10,2	10,2
Bolívia	2,2	4,6	1,6	0,9	3,3	4,4	5,5	3,2
Brasil <sup>(1)</sup>	8,9	6,0	7,7	12,5	9,3	7,6	5,5	4,6
Chile	3,3	3,8	3,6	2,5	2,8	1,1	3,4	3,1
Colômbia	10,9	9,2	8,0	6,3	7,1	5,9	5,0	4,6
Equador	52,2	96,1	37,7	12,6	7,9	2,7	2,4	2,2
México	16,6	9,5	6,4	5,0	4,5	4,7	3,9	3,7
Paraguai	6,8	9,0	7,3	10,5	14,2	4,3	4,8	4,7
Peru	3,5	3,8	2,0	0,2	2,3	3,7	1,8	2,5
Uruguai	5,7	4,8	4,4	14,0	19,4	9,2	5,2	6,6
Venezuela	23,6	16,2	12,5	22,4	31,1	21,7	16,5	16,6
Republica Dominicana	6,5	7,7	8,9	5,2	27,4	51,5	3,7	7,8
Ásia e Pacífico	2,5	1,9	2,7	2,1	2,6	4,2	3,9	4,5
China	-1,4	0,4	0,7	-0,8	1,2	3,9	3,0	3,5
Índia	4,7	4,0	3,8	4,3	3,8	3,8	4,5	5,3
Europa Central e Leste Europeu	22,9	22,7	19,4	14,7	9,2	6,5	6,6	5,7
Rússia	85,7	20,8	21,5	15,8	13,7	10,9	12,8	11,0

Fonte: FMI e Banco Central do Brasil

(1) IPCA e expectativa de mercado divulgada pelo Banco Central do Brasil em 11/11/2005.

Tabela 10 - Indicadores macroeconômicos

Saldo das Contas Públicas - % do PIB								
	1999	2000	2001	2002	2003	2004E	2005P	2006P
<b>Países Desenvolvidos</b>	<b>-1,1</b>	<b>0,0</b>	<b>-1,5</b>	<b>-3,4</b>	<b>-3,9</b>	<b>-3,4</b>	<b>-2,9</b>	<b>-3,0</b>
União Européia	-1,1	0,4	-1,5	-2,5	-3,0	-2,8	-3,1	-3,2
Japão	-7,2	-7,5	-6,1	-7,9	-7,8	-7,2	-6,6	-6,2
Estados Unidos	0,6	1,3	-0,7	-4,0	-4,6	-4,0	-3,5	-3,4
Canadá	1,6	2,9	0,7	-0,1	0,0	0,7	0,8	0,5
Reino Unido	1,1	3,9	0,8	-1,5	-3,2	-3,0	-3,1	-3,2
Zona do Euro	-1,3	-0,9	-1,8	-2,5	-2,8	-2,7	-2,9	-3,0
Alemanha	-1,5	1,3	-2,8	-3,7	-4,0	-3,7	-3,7	-3,5
França	-2,5	-1,5	-1,5	-3,1	-4,2	-3,7	-3,2	-3,5
Itália	-1,7	-0,8	-3,2	-2,7	-3,2	-3,2	-4,4	-5,0
<b>Países em Desenvolvimento</b>	<b>-3,8</b>	<b>-2,9</b>	<b>-3,2</b>	<b>-3,4</b>	<b>-2,8</b>	<b>-2,2</b>	<b>-0,9</b>	<b>-1,0</b>
África	-3,4	-1,3	-1,9	-2,5	-1,5	-0,8	-1,2	-2,2
América Latina e Caribe	-2,9	-2,7	-3,2	-2,6	-2,5	-	-1,1	-1,2
Argentina	-1,7	-2,4	-3,2	-1,5	0,5	0,9	2,0	1,9
Bolívia	-3,9	-3,7	-6,9	-9,0	-7,9	-6,0	-	-
Brasil	-10,5	-4,5	-5,2	-4,6	-5,2	-1,9	-3,5	-3,2
Chile	-1,4	0,1	-0,3	-0,8	-0,8	2,5	2,5	1,8
Colômbia	-5,5	-5,9	-5,9	-3,6	-2,8	-2,5	-1,6	-2,0
Equador	-3,9	1,5	0,4	0,6	1,2	-	1,0	0,5
México	-1,5	-1,3	-0,7	-1,2	-0,6	-1,3	-0,2	-0,2
Paraguai	-3,3	-4,4	-0,4	-2,1	-2,3	0,3	-	-
Peru	-3,1	-3,2	-3,2	-2,5	-1,8	-1,4	-1,1	-1,0
Uruguai	-4,0	-4,1	-4,3	-4,0	-3,2	-2,5	-2,0	-1,0
Venezuela	-1,6	-1,8	-4,4	-6,3	-7,4	-1,9	-0,4	-1,5
Republica Dominicana	-4,0	-4,1	-4,3	-4,0	-3,2	-	-	-
Ásia e Pacífico	-4,3	-4,4	-4,2	-4,1	-3,6	-3,2	-1,4	-1,4
China	-4,0	-3,6	-3,1	-3,3	-2,8	-2,2	-0,7	-0,7
Índia	-5,5	-5,7	-6,2	-6,1	-5,3	-5,5	-4,3	-4,0
Europa Central e Leste Europeu	-5,0	-4,6	-6,8	-6,5	-4,8	-5,2	1,3	1,0
Rússia	-4,2	0,8	2,7	1,3	1,5	3,7	5,3	4,3

Fonte: FMI

Nota: As projeções para 2005 e 2006 são médias das tabelas de previsões das instituições.

Tabela 11 - Indicadores macroeconômicos

Dívida Pública - % do PIB						
	1999	2000	2001	2002	2003	2004E
<b>Países Desenvolvidos</b>	<b>46,3</b>	<b>43,9</b>	<b>43,9</b>	<b>46,2</b>	<b>48,6</b>	-
União Européia	50,2	47,7	47,3	48,7	50,1	-
Japão	53,5	59,1	65,1	71,4	76,2	81,2
Estados Unidos	44,3	39,0	38,0	40,8	42,8	44,3
Canadá	53,5	44,8	40,5	37,9	34,3	32,2
Reino Unido	39,8	36,9	33,5	34,3	34,7	37,0
Zona do Euro	54,1	52,3	52,7	55,0	56,1	56,7
Alemanha	45,5	42,5	44,2	48,4	53,2	57,4
França	33,6	34,9	36,7	42,3	44,0	44,4
Itália	104,6	99,1	98,9	98,6	97,2	95,6
<b>Países em Desenvolvimento</b>	-	-	-	-	-	-
África	-	-	-	-	-	-
América Latina e Caribe	-	-	-	67,0	-	-
Argentina	44,2	47,2	62,2	127,7	139,6	125,8
Bolívia	71,3	58,8	53,7	61,6	73,0	73,8
Brasil	49,2	49,4	52,6	55,9	57,2	51,7
Chile	40,1	41,7	42,9	43,4	40,2	35,5
Colômbia	39,8	36,9	44,3	50,3	52,3	53,0
Equador	100,6	91,4	70,2	58,2	53,2	47,2
México	19,3	19,0	19,7	20,3	20,7	19,4
Paraguai	31,9	34,0	38,4	49,7	49,4	43,2
Peru	19,3	19,0	19,7	20,3	20,7	19,4
Uruguai	31,1	35,7	42,8	85,1	105,3	88,4
Venezuela	29,3	27,2	30,4	42,7	45,9	39,0
Republica Dominicana	26,9	26,1	23,8	20,9	-	-
Ásia e Pacífico	-	-	-	-	-	-
China	6,1	8,6	10,4	13,2	13,3	-
Índia	52,7	56,5	57,6	60,6	62,2	-
Europa Central e Leste Europeu	-	-	-	-	-	-
Rússia	88,1	62,2	49,4	42,0	34,8	-

Fonte: FMI, Economist, BBVA, CEPAL, OECD



Tabela 12 - Indicadores macroeconômicos

Dívida Externa - US\$ Bilhões						
	1999	2000	2001	2002	2003	2004E
América Latina e Caribe	752,0	728,1	734,1	723,1	748,1	752,0
Argentina	152,6	155,0	166,3	156,7	165,0	172,8
Bolívia	4,6	4,5	4,4	4,3	5,0	5,0
Brasil	225,6	216,9	209,9	210,7	214,9	201,4
Chile	34,8	37,2	38,5	40,7	43,4	43,8
Colômbia	36,7	36,1	39,1	37,3	38,1	39,6
Equador	16,3	13,6	14,4	16,3	16,6	17,0
México	166,4	148,7	144,5	134,7	132,0	130,5
Paraguai	2,7	2,8	2,7	2,9	3,1	3,0
Peru	28,6	28,0	27,2	27,9	29,6	31,1
Uruguai	8,3	8,9	8,9	10,5	11,0	11,6
Venezuela	37,0	36,4	35,4	35,5	39,7	44,5
Republica Dominicana	3,7	3,7	4,2	4,5	6,0	6,4

Fonte: CEPAL

Tabela 13 - Indicadores macroeconômicos

Exportação - US\$ Bilhões						
	1999	2000	2001	2002	2003	2004E
<b>Países Desenvolvidos</b>	<b>5.491,1</b>	<b>5.927,3</b>	<b>5.692,4</b>	<b>5.904,4</b>	<b>6.773,3</b>	<b>7.985,2</b>
União Européia	2.237,0	2.316,0	2.315,0	2.449,0	2.901,0	-
Japão	417,0	478,6	402,7	416,0	470,8	564,6
Estados Unidos	687,6	774,3	726,1	689,9	718,8	813,5
Canadá	237,1	275,4	259,6	250,9	270,1	313,9
Reino Unido	265,3	282,9	272,6	288,6	307,7	348,4
Zona do Euro	2.232,3	2.268,1	2.305,6	2.457,2	2.948,7	3.491,5
Alemanha	542,3	549,0	570,7	592,0	747,8	911,1
França	295,8	295,2	289,3	304,6	357,7	410,3
Itália	234,8	240,3	244,0	254,2	299,2	348,7
<b>Países em Desenvolvimento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.618,8</b>	<b>2.178,0</b>	<b>-</b>
África	116,6	146,7	137,7	140,1	173,0	-
América Latina e Caribe	299,4	359,1	343,3	346,8	377,3	463,6
Argentina	23,2	26,3	26,5	25,5	29,5	34,2
Bolívia	1,3	1,4	1,3	1,4	1,6	2,2
Brasil	47,7	54,9	57,9	60,0	72,8	94,6
Chile	15,4	17,9	18,5	17,2	19,8	30,6
Colômbia	11,6	13,2	12,3	11,8	12,5	16,2
Equador	4,4	4,8	4,6	5,0	6,0	7,6
México	136,1	166,1	158,4	160,6	165,2	187,8
Paraguai	0,7	0,9	1,0	1,0	1,2	1,6
Peru	4,7	5,7	5,7	6,0	6,7	10,1
Uruguai	2,2	2,3	2,0	1,8	2,2	2,9
Venezuela	20,1	30,9	25,2	23,9	24,9	37,9
Republica Dominicana	5,1	5,7	5,3	5,2	5,5	5,8
Ásia e Pacífico	1.546,0	1.831,8	1.671,8	1.803,1	1.901,0	-
China	194,3	249,2	266,1	325,6	438,2	593,3
Índia	36,9	45,2	44,3	52,5	63,0	79,8
Europa Central e Leste Europeu	101,6	116,0	129,4	148,1	192,0	-
Rússia	74,7	103,0	100,7	100,4	133,7	180,9
<b>Total</b>	<b>7.038,4</b>	<b>7.826,9</b>	<b>7.565,3</b>	<b>7.938,3</b>	<b>9.234,8</b>	<b>11.149,7</b>

Fonte: World Trade Organization, CEPAL, Comtrade, CIA

Tabela 14 - Indicadores macroeconômicos

Importação - US\$ Bilhões						
	1999	2000	2001	2002	2003	2004E
<b>Países Desenvolvidos</b>	<b>5.492,8</b>	<b>6.085,5</b>	<b>5.825,6</b>	<b>6.013,1</b>	<b>6.897,3</b>	<b>8.186,2</b>
União Européia	2.263,0	2.405,0	2.358,0	2.447,0	2.920,0	-
Japão	309,0	378,9	348,9	336,7	382,8	454,1
Estados Unidos	1.056,2	1.255,4	1.178,0	1.199,9	1.302,2	1.521,3
Canadá	214,9	239,5	227,2	221,8	239,5	272,2
Reino Unido	315,3	339,4	338,0	351,7	393,5	461,1
Zona do Euro	2.131,6	2.230,7	2.215,0	2.301,6	2.782,3	3.304,3
Alemanha	472,6	500,1	485,2	471,1	601,1	717,3
França	286,2	303,4	293,5	303,5	362,2	430,7
Itália	216,4	234,6	232,6	243,3	294,2	347,5
<b>Países em Desenvolvimento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.441,5</b>	<b>1.963,0</b>	<b>-</b>
África	127,7	129,6	132,1	135,1	166,0	-
América Latina e Caribe	306,2	355,6	347,2	322,8	333,2	405,4
Argentina	25,5	23,9	20,3	9,0	13,8	23,3
Bolívia	1,8	1,8	1,7	1,8	1,7	1,9
Brasil	51,7	58,9	58,5	49,7	50,8	65,3
Chile	13,9	16,6	16,1	15,4	17,4	22,4
Colômbia	10,7	11,8	12,8	13,2	13,9	17,1
Equador	3,0	3,4	5,4	6,4	6,5	7,9
México	141,6	173,9	167,9	168,4	171,0	196,6
Paraguai	1,9	2,2	2,2	1,7	2,5	3,1
Peru	6,8	7,4	7,3	7,5	8,4	10,1
Uruguai	3,4	3,5	3,1	2,0	2,2	3,1
Venezuela	13,6	14,6	16,4	11,7	8,4	14,7
Republica Dominicana	8,0	9,5	8,8	8,8	7,6	7,8
Ásia e Pacífico	1.354,4	1.662,9	1.544,8	1.640,9	1.739,0	-
China	165,7	225,1	243,6	295,2	412,8	561,2
Índia	45,8	47,1	47,7	57,3	70,8	98,0
Europa Central e Leste Europeu	130,2	146,7	159,4	177,2	226,0	-
Rússia	40,4	45,5	41,5	42,1	57,4	75,0
<b>Total</b>	<b>6.990,3</b>	<b>7.830,4</b>	<b>7.596,8</b>	<b>7.911,5</b>	<b>9.177,0</b>	<b>11.087,5</b>

Fonte: World Trade Organization, CEPAL, Comtrade, CIA

Tabela 15 - Indicadores macroeconômicos

Saldo da Balança Comercial - US\$ Bilhões								
	1999	2000	2001	2002	2003	2004E	2005 P	2006 P
<b>Países Desenvolvidos</b>	<b>-1,7</b>	<b>-158,2</b>	<b>-133,2</b>	<b>-108,7</b>	<b>-124,0</b>	<b>-95,1</b>	<b>-239,4</b>	<b>-228,0</b>
União Européia	-26,0	-89,0	-43,0	2,0	-19,0	173,0	-	-
Japão	108,0	99,7	53,9	79,3	88,0	110,5	79,0	97,0
Estados Unidos	-368,6	-481,1	-451,9	-510,0	-583,4	-707,8	-710,5	-761,7
Canadá	22,2	35,9	32,4	29,1	30,5	41,7	39,4	49,7
Reino Unido	-50,0	-56,6	-65,4	-63,1	-85,8	-112,7	-77,4	-83,5
Zona do Euro	100,7	37,4	90,6	155,6	166,4	187,2	172,9	184,0
Alemanha	69,7	48,9	85,5	120,8	146,7	193,8	150,3	166,9
França	9,6	-8,2	-4,2	1,1	-4,5	-20,4	-8,0	-0,7
Itália	18,4	5,7	11,3	10,9	5,0	1,2	-9,6	-14,8
<b>Países em Desenvolvimento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>177,3</b>	<b>215,0</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
África	-11,1	17,1	5,6	5,0	7,0	-	-	-
América Latina e Caribe	-6,8	3,5	-3,9	24,0	44,1	58,2	72,8	47,7
Argentina	-2,3	2,5	6,2	16,6	15,7	10,9	10,5	8,4
Bolívia	-0,5	-0,4	-0,4	-0,4	-0,1	0,3	-	-
Brasil	-4,0	-4,0	-0,6	10,3	21,9	29,3	37,4	30,1
Chile	1,5	1,3	2,4	1,8	2,4	8,2	8,4	6,2
Colômbia	0,9	1,4	-0,5	-1,4	-1,4	-0,9	1,8	0,5
Equador	1,4	1,4	-0,7	-1,4	-0,5	-0,3	0,7	0,5
México	-5,5	-7,8	-9,5	-7,8	-5,8	-8,8	-12,1	-14,4
Paraguai	-1,2	-1,3	-1,2	-0,7	-1,2	-1,5	-	-
Peru	-2,1	-1,7	-1,7	-1,5	-1,7	0,0	3,1	2,7
Uruguai	-1,1	-1,2	-1,0	-0,1	0,0	-0,2	-	-
Venezuela	6,5	16,3	8,8	12,3	16,6	23,2	24,6	21,2
Republica Dominicana	-2,9	-3,8	-3,5	-3,7	-2,1	-2,0	-	-
Ásia e Pacífico	191,6	168,9	127,0	162,2	162,0	-	-	-
China	28,6	24,1	22,6	30,4	25,4	32,1	97,7	123,9
Índia	-8,9	-1,9	-3,4	-4,8	-7,8	-18,2	-38,1	-47,3
Europa Central e Leste Europeu	-28,6	-30,7	-30,0	-29,1	-34,0	-	-	-
Rússia	34,3	57,5	59,1	58,3	76,3	105,9	-	-
<b>Total</b>	<b>48,1</b>	<b>-3,5</b>	<b>-31,5</b>	<b>26,8</b>	<b>57,8</b>	<b>-</b>	<b>91,2</b>	<b>54,0</b>

Fonte: World Trade Organization, CEPAL, Comtrade, CIA

Nota: As projeções para 2005 e 2006 são médias das tabelas de previsões das instituições.

Tabela 16 - Indicadores macroeconômicos

Saldo em Conta Corrente - US\$ Bilhões						
	1999	2000	2001	2002	2003	2004E
<b>Países Desenvolvidos</b>	<b>-109,8</b>	<b>-262,0</b>	<b>-210,8</b>	<b>-222,5</b>	<b>-219,6</b>	<b>-314,0</b>
União Européia	-15,6	-82,1	-26,0	22,1	7,5	13,3
Japão	114,5	119,6	87,8	112,6	136,2	172,1
Estados Unidos	-300,1	-416,0	-389,5	-475,2	-519,7	-668,1
Canadá	1,7	19,7	16,2	13,5	13,2	22,2
Reino Unido	-39,3	-37,0	-31,9	-24,8	-27,4	-42,1
Zona do Euro	31,7	-37,0	7,0	48,5	26,7	46,7
Alemanha	-25,6	-30,2	3,0	45,5	51,1	103,8
França	42,0	18,0	21,5	14,5	7,9	-8,4
Itália	8,2	-5,8	-0,7	-9,5	-19,6	-15,0
<b>Países em Desenvolvimento</b>	<b>-17,5</b>	<b>88,4</b>	<b>42,5</b>	<b>85,8</b>	<b>143,9</b>	<b>227,7</b>
Africa	-15,4	7,3	0,7	-8,2	-3,1	0,6
América Latina e Caribe	-54,7	-46,3	-51,5	-13,5	7,9	18,0
Argentina	-11,9	-9,0	-3,9	8,6	7,4	3,0
Bolívia	-0,5	-0,4	-0,3	-0,3	0,0	0,3
Brasil	-25,3	-24,2	-23,2	-7,6	4,2	11,7
Chile	0,1	-0,9	-1,1	-0,6	-1,1	1,4
Colômbia	0,7	0,7	-1,1	-1,4	-1,2	-1,0
Equador	0,8	0,8	-0,7	-1,2	-0,5	0,0
México	-13,9	-18,6	-17,6	-13,5	-8,6	-7,4
Paraguai	-0,2	-0,2	-0,3	0,1	0,1	0,0
Peru	-1,5	-1,6	-1,2	-1,1	-1,1	0,0
Uruguai	-0,5	-0,6	-0,5	0,4	0,0	-0,1
Venezuela	2,1	11,9	2,0	7,6	11,4	13,8
Republica Dominicana	-0,4	-1,0	-0,8	-0,8	1,0	1,5
Ásia e Pacífico	48,5	46,1	40,7	72,3	84,8	93,0
China	15,7	20,5	17,4	35,4	45,9	68,7
Índia	-3,2	-4,6	1,4	7,1	6,9	-0,8
Europa Central e Leste Europeu	-26,6	-32,7	-16,6	-24,5	-37,3	-50,1
Rússia	22,2	44,6	33,4	30,9	35,4	59,9
<b>Total</b>	<b>-127,3</b>	<b>-173,7</b>	<b>-168,3</b>	<b>-136,7</b>	<b>-75,6</b>	<b>-86,3</b>

Fonte: FMI

Tabela 17 - Indicadores macroeconômicos

Saldo em Conta Corrente - % do PIB								
	1999	2000	2001	2002	2003	2004E	2005P	2006P
<b>Países Desenvolvidos</b>	<b>-0,4</b>	<b>-1,0</b>	<b>-0,8</b>	<b>-0,9</b>	<b>-0,8</b>	<b>-1,0</b>	<b>-1,5</b>	<b>-1,7</b>
União Européia	-0,2	-1,0	-0,3	0,2	0,1	0,1	-0,1	-0,2
Japão	2,6	2,5	2,1	2,8	3,2	3,7	3,4	3,5
Estados Unidos	-3,2	-4,2	-3,8	-4,5	-4,7	-5,7	-6,3	-6,4
Canadá	0,3	2,7	2,3	1,8	1,5	2,2	1,5	1,3
Reino Unido	-2,7	-2,6	-2,2	-1,6	-1,5	-2,0	-2,1	-2,2
Zona do Euro	0,5	-0,6	0,1	0,7	0,3	0,5	0,3	0,3
Alemanha	-1,2	-1,6	0,2	2,2	2,1	3,8	4,1	4,0
França	2,9	1,3	1,6	1,0	0,4	-0,4	-1,3	-1,2
Itália	0,7	-0,5	-0,1	-0,8	-1,3	-0,9	-1,8	-1,6
<b>Países em Desenvolvimento</b>	<b>-0,3</b>	<b>1,4</b>	<b>0,7</b>	<b>1,3</b>	<b>2,0</b>	<b>2,7</b>	<b>3,6</b>	<b>3,5</b>
África	-3,6	1,6	0,1	-1,8	-0,5	0,1	2,2	2,9
América Latina e Caribe	-3,2	-2,4	-2,8	-0,9	1,2	0,5	0,8	-0,1
Argentina	-4,2	-3,2	-1,4	8,5	5,8	2,0	1,2	0,0
Bolívia	-5,9	-5,3	-3,4	-4,1	0,6	2,9	2,6	2,9
Brasil	-4,7	-4,0	-4,5	-1,7	0,8	1,9	1,5	0,8
Chile	0,1	-1,2	-1,6	-0,9	-1,5	1,5	0,6	-0,4
Colômbia	0,8	0,9	-1,4	-1,7	-1,5	-1,0	-0,9	-1,5
Equador	4,6	5,3	-3,3	-4,9	-1,8	0,0	0,8	0,6
México	-2,9	-3,2	-2,8	-2,1	-1,4	-1,1	-1,2	-1,4
Paraguai	-2,3	-2,3	-4,1	1,8	2,2	0,4	-1,4	-0,8
Peru	-2,8	-2,9	-2,2	-2,0	-1,8	0,0	0,0	-0,4
Uruguai	-2,4	-2,8	-2,9	3,2	-0,3	-0,8	-1,1	-3,4
Venezuela	2,2	10,1	1,6	8,2	13,6	12,7	14,7	10,6
Republica Dominicana	-2,4	-5,1	-3,4	-3,7	6,3	7,6	1,6	0,4
Ásia e Pacífico	2,4	2,1	1,8	2,9	3,0	2,9	3,5	3,1
China	1,6	1,9	1,5	2,8	3,2	4,2	5,8	5,2
Índia	-0,7	-1,0	0,3	1,4	1,2	-0,1	-1,7	-2,0
Europa Central e Leste Europeu	-4,4	-5,4	-2,8	-3,6	-4,4	-4,9	-1,1	-1,1
Rússia	11,3	17,2	10,9	9,0	8,2	10,3	12,6	11,4

Fonte: FMI

Nota: As projeções para 2005 e 2006 são médias das tabelas de previsões das instituições.

Tabela 18 - Indicadores macroeconômicos

Ingressos de Investimento Externo Direto - US\$ Bilhões						
	1999	2000	2001	2002	2003	2004E
<b>Países Desenvolvidos</b>	<b>849,1</b>	<b>1.134,3</b>	<b>596,3</b>	<b>547,8</b>	<b>442,2</b>	<b>380,0</b>
União Européia	479,4	671,4	357,4	374,0	295,2	165,0
Japão	12,7	8,3	6,2	9,2	6,3	7,8
Estados Unidos	283,4	314,0	159,5	71,3	56,8	95,9
Canadá	24,7	66,8	27,7	21,5	6,3	6,3
Reino Unido	88,0	118,8	52,6	24,0	20,3	78,4
Zona do Euro	-	-	-	-	-	-
Alemanha	56,1	198,3	26,4	50,5	27,3	38,6
França	46,5	43,3	50,5	49,0	42,5	24,3
Itália	6,9	13,4	14,9	14,5	16,4	16,8
<b>Países em Desenvolvimento</b>	<b>232,5</b>	<b>253,2</b>	<b>217,8</b>	<b>155,5</b>	<b>166,3</b>	<b>233,2</b>
África	11,9	9,6	20,0	13,0	18,0	18,1
América Latina e Caribe	108,6	97,5	89,1	50,5	46,9	67,5
Argentina	24,0	10,4	2,2	2,1	1,9	4,3
Bolívia	1,0	0,7	0,7	0,7	0,2	0,1
Brasil	28,6	32,8	22,5	16,6	10,1	18,2
Chile	8,8	4,9	4,2	2,6	4,4	7,6
Colômbia	1,5	2,4	2,5	2,1	1,8	2,7
Equador	0,6	0,7	1,3	1,3	1,6	1,2
México	13,2	16,8	27,6	15,1	11,4	16,6
Paraguai	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1
Peru	1,9	0,8	1,1	2,2	1,3	1,8
Uruguai	0,2	0,3	0,3	0,2	0,4	0,3
Venezuela	2,9	4,7	3,7	0,8	2,7	1,5
Republica Dominicana	1,3	1,0	1,1	0,9	0,6	0,6
Ásia e Pacífico	112,0	146,0	108,7	92,0	101,4	147,6
China	40,3	40,7	46,9	52,7	53,5	60,6
Índia	2,2	2,3	3,4	3,4	4,3	5,3
Europa Central e Leste Europeu	26,5	27,5	26,4	31,2	21,0	36,0
Rússia	3,3	2,7	2,7	3,5	8,0	11,7
<b>Total</b>	<b>1.086,8</b>	<b>1.388,0</b>	<b>817,6</b>	<b>678,8</b>	<b>559,6</b>	<b>612,0</b>

Fonte: UNCTAD



Tabela 19 - Indicadores macroeconômicos

Reservas - US\$ Bilhões						
	1999	2000	2001	2002	2003	2004E
<b>Países Desenvolvidos</b>	-	-	-	-	-	-
União Européia	-	-	-	-	-	-
Japão	286,9	354,9	395,2	461,2	663,3	829,4
Estados Unidos	60,5	56,6	57,6	68,0	74,9	87,0
Canadá	28,1	31,9	34,0	37,0	36,2	36,4
Reino Unido	35,9	43,9	37,3	39,4	41,9	43,1
Zona do Euro	256,8	242,3	234,5	246,5	234,8	-
Alemanha	61,0	56,9	51,3	51,2	50,7	53,5
França	39,7	37,0	31,7	28,4	30,2	39,4
Itália	22,4	25,6	24,4	24,5	34,5	31,9
<b>Países em Desenvolvimento</b>	<b>725,9</b>	<b>815,4</b>	<b>910,5</b>	<b>1.088,1</b>	<b>1.412,6</b>	<b>1.711,2</b>
África	42,4	54,5	64,8	72,6	87,0	113,8
América Latina e Caribe	158,7	160,3	161,6	147,0	179,0	-
Argentina	26,3	25,1	14,9	10,4	14,1	19,6
Bolívia	0,9	0,8	0,8	0,5	0,7	0,7
Brasil	23,9	31,5	35,8	37,7	49,3	52,7
Chile	14,4	15,0	14,2	15,4	15,9	16,0
Colômbia	8,0	8,9	10,2	10,8	10,9	13,5
Equador	1,6	0,9	0,8	0,7	0,8	1,1
México	31,8	35,5	44,7	50,6	59,0	61,5
Paraguai	1,0	0,8	0,7	0,6	0,9	0,9
Peru	8,7	8,4	8,6	9,6	10,2	12,6
Uruguai	2,1	2,5	2,9	0,8	1,9	2,3
Venezuela	12,3	13,1	18,5	14,8	21,3	24,1
Republica Dominicana	6,9	6,3	11,0	8,3	4,9	-
Ásia e Pacífico	307,7	321,8	380,4	496,9	670,1	850,4
China	158,3	168,9	212,2	286,4	403,3	609,9
Índia	33,2	38,4	46,4	68,2	99,5	117,1
Europa Central e Leste Europeu	94,9	97,3	98,9	132,0	160,9	170,3
Rússia	9,1	24,8	33,1	44,6	73,8	93,9

Fonte: Banco Central do Brasil, FMI, OECD, Brazil Trade Net, Economist, BBVA.

Nota: As projeções para 2005 e 2006 são médias das tabelas de previsões das instituições.

## OUTROS INDICADORES ECONÔMICOS

Tabela 20 - Indicadores econômicos

Preços Médios de Commodities : 2002 a 2005 <sup>1</sup>										
	Unidade	2002	2003	2004	04 T4	05 T1	05 T2	05 T3	set/05	out/05
<b>Alimentos</b>										
Cereais										
Trigo	\$/MT	149	146	157	154	152	142	151	160	168
Milho	\$/MT	99	105	112	94	97	96	100	97	101
Arroz	\$/MT	192	199	246	265	292	294	283	287	291
Cevada	\$/MT	109	105	99	92	91	92	98	98	99
Óleos vegetais e proteínas										
Soja	\$/MT	189	233	277	196	209	239	232	212	211
Farelo de soja	\$/MT	184	215	257	172	187	223	217	194	187
Óleo de soja	\$/MT	410	500	590	457	464	510	516	497	523
Óleo de palmeira	\$/MT	357	410	435	379	356	372	367	370	383
Óleo de coco	\$/MT	415	462	673	660	679	659	569	558	585
Farinha de peixe	\$/MT	646	650	693	683	707	696	741	783	817
Óleo de girassol	\$/MT	606	650	734	823	1116	1158	1152	1152	1152
Óleo de oliva	\$/MT	2.901	3.797	4.631	4681	5525	5493	5500	5669	5652
Amendoim	\$/MT	655	856	910	910	910	762	704	700	700
Carne										
Bovina	cts/lb	95	90	114	118	118	120	121	120	117
Ovina	cts/lb	146	160	166	174	176	164	155	155	150
Suína	cts/lb	47	53	71	74	70	70	68	67	65
Aves	cts/lb	63	66	76	75	74	74	75	75	74
Frutos do mar										
Peixe	\$/kg	2,9	3,0	3,3	3,4	3,9	4,1	4,3	4,2	4,1
Camarão	\$/lb	12,1	11,5	10,4	9,6	10,9	9,8	9,3	9,2	9,4
Açúcar										
Mercado livre	cts/lb	6,2	6,9	7,5	8,8	9,0	8,7	10,1	10,8	11,6
Estados Unidos	cts/lb	21	21	21	20	21	21	21	21	22
EU	cts/lb	25	27	30	31	31	31	30	30	29
Banana	\$/MT	528	375	525	496	765	569	463	585	489
Laranja	\$/MT	565	683	855	774	831	1065	752	749	756
<b>Bebidas</b>										
Café										
Outros suaves	cts/lb	60	64	80	91	121	125	105	98	106
Robusta	cts/lb	31	38	37	35	45	58	55	50	51
Cacau	\$/MT	1.779	1.753	1.551	1.607	1.678	1.545	1.492	1.504	1.454
<b>Metais</b>										
Cobre	\$/MT	1.560	1.779	2.863	3.093	3.265	3.387	3.750	3.851	4.056
Alumínio	\$/MT	1.351	1.433	1.719	1.834	1.902	1.788	1.831	1.838	1.934
Minério de ferro	cts/DMTU	29	32	38	38	65	65	65	65	65
Estanho	\$/MT	4.061	4.890	8.481	8.852	8.085	7.946	7.060	6.771	6.415
Níquel	\$/MT	6.783	9.630	13.821	14.078	15.406	16.418	14.568	14.155	12.431
Zinco	\$/MT	779	828	1.048	1.116	1.314	1.272	1.298	1.397	1.483
Chumbo	\$/MT	452	514	882	957	976	983	893	933	999
Urânio	\$/lb	9.8	11.2	18.0	20.3	21.2	26.8	29.8	30.4	32.8
<b>Energia</b>										
Spot cru (APSP <sup>2</sup> )										
U.K. Brent	\$/bbl	25.0	28.9	37.8	42.7	46.1	50.8	60.0	61.7	58.2
Dubai	\$/bbl	23.7	26.7	33.5	35.6	41.1	47.7	55.3	56.5	53.7
West Texas Intermediate	\$/bbl	26.1	31.1	41.4	48.3	49.7	53.1	63.1	65.5	62.4
Gás natural										
Russo na Alemanha	\$/000M3	96.0	125.5	135.2	156.2	182.2	198.4	220.7	220.7	250.6
Indonésio no Japão (LNG)	\$/M3	93.1	104.8	123.9	141.2	128.9	145.9	150.8	151.9	151.9
EUA, doméstico	\$/000M3	121.0	197.8	212.7	229.8	227.3	250.0	355.0	447.0	490.8
Carvão										
Australiano	\$/MT	27.1	27.7	54.7	55.7	53.0	52.9	50.2	47.0	44.9
Sulafriano	\$/MT	26.0	30.0	54.7	58.2	47.8	46.8	49.1	46.6	43.3

<sup>1</sup> Número provisórios a partir de 2004<sup>2</sup> Average Petroleum Spot Price. Média ponderada igualmente dos preços de UK Brent, Dubai e West Texas Intermediate

Fonte: FMI

Tabela 21 - Indicadores econômicos

Cotações de Moedas (em R\$)			
Mês	US\$	Euro	Libra
jan/04	2,85	3,60	5,20
fev/04	2,93	3,70	5,46
mar/04	2,91	3,57	5,32
abr/04	2,91	3,49	5,26
mai/04	3,10	3,71	5,52
jun/04	3,13	3,81	5,73
jul/04	3,04	3,74	5,60
ago/04	3,00	3,67	5,48
set/04	2,89	3,54	5,20
out/04	2,85	3,57	5,17
nov/04	2,79	3,63	5,20
dez/04	2,72	3,65	5,26
jan/05	2,69	3,55	5,07
fev/05	2,60	3,39	4,92
mar/05	2,70	3,57	5,16
abr/05	2,58	3,35	4,90
mai/05	2,45	3,14	4,59
jun/05	2,41	2,94	4,40
jul/05	2,37	2,86	4,16
ago/05	2,36	2,90	4,23
set/05	2,29	2,82	4,16
out/05	2,26	2,71	3,98

Fonte: Banco Central do Brasil e BNDES.

Tabela 22 - Indicadores econômicos

Cotações de Moedas (em u.m./US\$)					
Mês	Peso argentino	Peso chileno	Peso colombiano	Peso mexicano	Peso uruguaio
jan/04	2,87	572,38	2.749	10,93	29,39
fev/04	2,91	584,31	2.718	11,01	29,53
mar/04	2,88	603,91	2.671	11,00	29,65
abr/04	2,81	608,19	2.636	11,25	29,65
mai/04	2,90	635,76	2.719	11,51	29,75
jun/04	2,94	643,18	2.717	11,38	29,74
jul/04	2,96	632,39	2.654	11,47	29,43
ago/04	2,99	635,93	2.599	11,40	28,95
set/04	2,97	616,20	2.552	11,49	28,04
out/04	2,95	607,28	2.581	11,39	27,17
nov/04	2,93	596,72	2.530	11,39	26,64
dez/04	2,95	576,17	2.417	11,21	26,53
jan/05	2,92	576,17	2.363	11,26	25,53
fev/05	2,90	573,58	2.340	11,15	24,81
mar/05	2,91	586,38	2.354	11,13	25,47
abr/05	2,88	580,61	2.350	11,13	25,18
mai/05	2,87	578,03	2.339	10,99	24,45
jun/05	2,86	585,22	2.327	10,83	24,21
jul/05	2,85	575,77	2.324	10,69	24,58
ago/05	2,88	546,61	2.306	10,67	24,32
set/05	2,90	536,00	2.295	10,79	24,07
out/05	2,96	535,88	2.292	10,84	23,62

Fonte: BCRP e Mecon

Tabela 23 - Indicadores econômicos

Mês	Taxas de Juros (em % ao ano)					
	TJLP	Selic (1)	TR (2)	Libor (3)		
				6 meses	12 meses	60 meses
jan/04	10,00	16,32	1,55	1,19	1,40	3,56
fev/04	10,00	16,30	0,64	1,12	1,41	3,46
mar/04	10,00	16,19	1,97	1,16	1,33	3,17
abr/04	9,75	15,96	1,11	1,26	1,56	3,66
mai/04	9,75	15,77	1,87	1,50	1,97	4,31
jun/04	9,75	15,80	2,13	1,78	2,32	4,40
jul/04	9,75	15,77	2,26	1,89	2,33	4,24
ago/04	9,75	15,86	2,32	1,94	2,30	4,11
set/04	9,75	16,09	2,09	2,08	2,35	3,87
out/04	9,75	16,41	1,41	2,21	2,46	3,82
nov/04	9,75	16,96	1,45	2,46	2,76	3,96
dez/04	9,75	17,50	2,66	2,70	3,00	4,05
jan/05	9,75	17,93	2,28	2,87	3,20	4,04
fev/05	9,75	18,47	1,36	3,02	3,35	4,15
mar/05	9,75	18,97	3,06	3,26	3,65	4,57
abr/05	9,75	19,32	2,55	3,38	3,75	4,56
mai/05	9,75	19,61	3,07	3,46	3,74	4,36
jun/05	9,75	19,75	3,48	3,60	3,81	4,19
jul/05	9,75	19,72	3,13	3,82	4,03	4,38
ago/05	9,75	19,75	3,86	4,01	4,26	4,58
set/05	9,75	19,61	-	4,03	4,20	4,42
out/05	9,75	19,25	-	4,33	4,55	4,75

Fonte: Banco Central do Brasil e BNDES.

Nota: (1) Selic acumulada no mês anualizada; (2) Taxa Referencial do primeiro dia do mês anualizada; (3) Média

Tabela 24 - Indicadores econômicos

Mês	Índices de Ações em dólares (em pontos base)					
	Bovespa (Brasil)	Dow Jones (EUA)	Nasdaq (EUA)	Merval (Argentina)	IGPA (Chile)	IPC (México)
jan/04	8.192	10.488	2.066	407,6	12,5	845
fev/04	7.480	10.584	2.030	382,3	12,5	897
mar/04	7.546	10.357	1.995	422,0	12,5	917
abr/04	7.508	10.229	1.920	407,5	12,3	941
mai/04	6.085	10.188	1.987	327,2	11,3	859
jun/04	6.465	10.435	2.048	313,8	11,4	893
jul/04	7.146	10.140	1.887	327,5	12,2	875
ago/04	7.423	10.174	1.838	316,2	12,6	883
set/04	7.850	10.080	1.897	350,0	13,5	929
out/04	8.206	10.027	1.975	402,7	14,3	977
nov/04	8.612	10.428	2.097	423,8	14,8	1.046
dez/04	9.422	10.800	2.178	431,8	15,6	1.116
jan/05	9.066	10.490	2.062	454,1	15,2	1.132
fev/05	10.181	10.766	1.052	512,0	15,7	1.220
mar/05	10.203	10.504	1.999	496,9	15,9	1.187
abr/05	9.895	10.193	1.922	470,3	16,1	1.105
mai/05	10.137	10.467	2.068	497,3	15,9	1.159
jun/05	10.543	10.275	2.057	504,0	16,1	1.236
jul/05	10.638	10.641	2.185	503,1	16,8	1.311
ago/05	11.442	10.482	2.152	527,4	18,1	1.365
set/05	13.012	-	-	561,9	18,4	1.428
out/05	13.238	-	-	546,8	18,7	1.417

Fonte: Banco Central do Brasil e Mecon